

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

SERGIO WILSON LIMA DE AMORIM

**O PAPEL DO CRÉDITO AO CONSUMO NO ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DA
CRISE BRASILEIRA DE 2013: A Caixa Econômica Federal e o Programa Minha Casa
Melhor**

BELO HORIZONTE

2023

Sérgio Wilson Lima de Amorim

O PAPEL DO CRÉDITO AO CONSUMO NO
ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DA CRISE
BRASILEIRA DE 2013: A Caixa Econômica Federal e
o Programa Minha Casa Melhor

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano

Belo Horizonte

2023

Ficha Catalográfica

AMORIM, Sérgio

O papel do crédito ao consumo no enfrentamento aos efeitos da crise brasileira de 2013: A Caixa Econômica Federal e o Programa Minha Casa Melhor / Sérgio Wilson Lima de Amorim. Belo Horizonte. FLACSO/FPA. 2023

Quantidade de folhas 66 f.:14 il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari
Manzano

Sérgio Wilson Lima de Amorim

O PAPEL DO CRÉDITO AO CONSUMO NO
ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DA
CRISE BRASILEIRA DE 2013: A Caixa
Econômica Federal e o Programa Minha Casa
Melhor

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 10 de outubro de 2023.

Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano
FLACSO Brasil/FPA

Prof^a Dr^a Marilane Oliveira Teixeira
Instituto de Economia da Unicamp

Dr. Fernando Amorim Teixeira
Universidade Federal Fluminense

Prof. Ms. Luís Fernando Vitagliano
FMU

Às três mulheres da minha vida: Vanessa, amiga de todas as horas; Chrisna e Solange, minhas namoradas e companheiras, ambas C93-1 como eu. Sua presença, carinho, amor e companheirismo foram, são e serão fundamentais em diversos momentos.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar às pessoas que confiaram na minha capacidade mesmo quando eu duvidei dela, não deixando que eu desistisse dessa empreitada que, em muitos momentos, me pareceu muito mais árdua que minhas capacidades físicas, mentais e emocionais.

À Vanessa Araújo, minha ex-companheira e melhor amiga, que sempre me incentivou a retomar os estudos e continuar em frente. São anos de convivência, amizade, sacrifícios e superação que permitiram que eu ultrapassasse barreiras que julguei intransponíveis.

À Chrisna Bittencourt, companheira de vida, que me ajudou a superar a pandemia de COVID-19 e inúmeras outras dificuldades. Sua amizade, confiança e apoio fazem com que eu tenha tranquilidade em momentos turbulentos e fé na possibilidade de mudar o mundo.

À Solange Ramos, também companheira de vida, que reencontrei depois de muitos anos e, na reta final dessa jornada, foi responsável por me mostrar que a serenidade pode surgir de situações confusas. Obrigado por confiar em mim, mesmo desafiando suas certezas.

Amo vocês, de todo coração!

Àquelas pequenas criaturas peludas – Lúlis, Spock, Cléo, Prim, Vader, Gandalf e Bellatrix – que fizeram tudo mais fácil nas horas difíceis. Seu amor incondicional é tanto que cada minuto com seus ronrons, lambidas e miados vale por uma vida. Lambeijos!

Depois, a quem academicamente confiou nesse projeto e dedicou tempo e esforço para que ele se concretizasse, apesar das minhas inseguranças e debilidades como estudante e pesquisador.

À professora Marilane Teixeira, que comprou a ideia antes mesmo de eu saber que seria aceito no programa, se dispondo desde o início a me orientar. Obrigado por mostrar que às vezes é necessário que se dê uma pausa para organizar as ideias, e que isso não é sinal de fraqueza.

Ao professor Marcelo Manzano que, primeiro como coordenador do curso e depois como orientador, abraçou a hercúlea tarefa de apoiar o desenvolvimento a um projeto quase abandonado. Suas sugestões e considerações mostraram um caminho, que parecia inexistente.

Ao professor Kurt von Mettenheim, que se dedica a pesquisar, entre outros, o tema dos bancos públicos. Obrigado pela gentileza e disponibilidade demonstradas quando o procurei, logo no início do trabalho, encaminhando vasto material de pesquisa e sugerindo outras fontes.

Vocês confiaram em mim muito mais que eu mesmo!

Aos amigos e companheiros de militância, de hoje e de sempre, com quem partilho a utopia de um mundo mais justo e igualitário, onde a classe trabalhadora seja a senhora do seu

destino e, sobretudo, onde as pessoas não precisem “ter para ser” e sejam livres para viver de acordo com suas vontades e sentimentos.

Por fim às instituições que permitiram que um trabalhador, militante, sindicalista, neurodivergente ousasse buscar mais que a venda da sua força de trabalho. Ao Partido dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo e à FLACSO por oferecerem esse programa, que possibilitou, mesmo com muita dificuldade, conciliar trabalho, militância e estudos. À Caixa Econômica Federal e ao IBGE, que forneceram dados fundamentais para a pesquisa.

Hemos nacido sólo para consumir y consumir, y cuando no podemos cargamos con la frustración, la pobreza y hasta la automarginación y autoexclusión.

José “Pepe” Mujica

Resumo

O presente trabalho analisa os impactos gerados sobre os padrões de produção industrial e de comércio de bens de consumo duráveis da linha branca pela ampliação da concessão de crédito para as populações de baixa renda promovida pela Caixa Econômica Federal, através da diminuição das taxas de juros e da criação de linhas de fomento ao consumo, após a crise econômica mundial de 2008. Para isso, será desenvolvida uma análise qualitativa de dados sobre os volumes de empréstimos realizados pela Caixa Econômica Federal através do Programa Minha Casa Melhor no período de sua vigência, entre junho de 2013 e outubro de 2015. Também serão utilizadas informações referentes aos indicadores de desempenho do comércio e da indústria nacionais no que tange à produção e venda de bens de consumo da chamada “linha branca” no período citado e em períodos imediatamente anteriores e posteriores, a partir de dados da Pesquisa Mensal de Comércio e da Pesquisa Industrial Mensal, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Palavras-chave: Financiamento habitacional; Política de crédito direcionado; Governo Dilma Rousseff; Bancos públicos no Brasil; Caixa Econômica Federal; Bancos de poupança

Abstract

This paper analyzes the impacts generated on the industrial production and trade patterns of durable consumer goods of the white line by expanding the granting of credit to low-income populations promoted by Caixa Econômica Federal, through the reduction of interest rates and the creation of consumption promotion lines, after the 2008 global economic crisis of 2008. For this, a qualitative analysis of data on the volumes of loans made by Caixa Econômica Federal through the Programa Minha Casa Melhor program in the period of its validity will be developed, between June 2013 and October 2015. Information will also be used regarding national trade and industry performance indicators regarding the production and sale of consumer goods of the so-called "white line" in the period mentioned and in periods immediately before and after, based on data from the Monthly Trade Survey and the Monthly Industrial Survey, conducted by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Keywords: Housing credits; Targeted credits policy; Dilma Rousseff's government; Brazilian public banks; Caixa Econômica Federal; Savings banks

Resumen

Este trabajo analiza los impactos generados en la producción industrial y los patrones comerciales de bienes de consumo duradero de la línea blanca mediante la ampliación de la concesión de crédito a poblaciones de bajos ingresos promovida por Caixa Econômica Federal, a través de la reducción de las tasas de interés y la creación de líneas de promoción del consumo, después de la crisis económica mundial de 2008. Para ello, se desarrollará un análisis cualitativo de los datos sobre los volúmenes de préstamos realizados por Caixa Econômica Federal a través del Programa Minha Casa Melhor en el período de su vigencia, entre junio de 2013 y octubre de 2015. También se utilizará información sobre los indicadores nacionales de desempeño del comercio y la industria en relación con la producción y venta de bienes de consumo de la llamada "línea blanca" en el período mencionado y en los períodos inmediatamente anteriores y posteriores, sobre la base de los datos de la Encuesta Mensual de Comercio y la Encuesta Industrial Mensual, realizadas por el Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Palabras clave: Créditos para habitación; Política de créditos direccionados; Gobierno Dilma Rousseff; Bancos públicos brasileños; Caixa Econômica Federal; Cajas de ahorros

Lista de Tabelas

Tabela 1	PMCM – Quantidade de Concessões, Valor Emprestado e Valor Utilizado
Tabela 2	Índice de volume de vendas no comércio varejista – Eletrodomésticos (%)
Tabela 3	Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista – Eletrodomésticos (%)
Tabela 4	Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado – Índice mensal
Tabela 5	Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado – Índice acumulado nos últimos 12 meses
Tabela 6	Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado – Variação percentual mensal

Lista de Gráficos

- Gráfico 1 PMCM – Quantidade de concessões no período
- Gráfico 2 PMCM – Valores emprestados no período
- Gráfico 3 PMCM – Valores utilizados no período
- Gráfico 4 Índice de volume de vendas no comércio varejista – Variação percentual mensal
- Gráfico 5 Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista – Variação percentual mensal
- Gráfico 6 Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado – Índice mensal
- Gráfico 7 Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado – Índice acumulado nos últimos 12 meses
- Gráfico 8 Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado – Variação percentual mensal

Lista de Siglas

BACEN – Banco Central do Brasil

CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários

CEF – Caixa Econômica Federal

CMN – Conselho Monetário Nacional

EESP – Escola de Economia de São Paulo (FGV)

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMCM – Programa Minha Casa Melhor

PIM – Pesquisa Industrial Mensal

PIM-PF – Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

PMC – Pesquisa Mensal de Comércio

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE)

PPB – Processo Produtivo Básico

PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUNOP – Superintendência Nacional de Operações de Pagamentos (CEF)

Sumário

Introdução	16
1 O papel da Caixa Econômica Federal no enfrentamento aos efeitos da crise na economia brasileira.....	20
1.1 A crise mundial e sua interpretação através de teorias econômicas heterodoxas	23
1.2 A crise brasileira de 2013 e seu enfrentamento pelo governo federal	25
1.3 O Programa Minha Casa Melhor: uma importante política econômica anticíclica	27
2 Dados de consumo e produção industrial: As pesquisas Mensal de Comércio e Industrial Mensal do IBGE.....	36
2.1 A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) e o consumo de eletrodomésticos da linha branca	36
2.1.1 Participação das vendas de bens de consumo duráveis no comércio varejista.....	42
2.2 A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) e a produção de eletrodomésticos da linha branca	44
2.2.1 Impactos dos itens da chamada “linha branca” na produção industrial.....	51
2.2.2 A relação entre o crédito e a produção industrial	51
3 Impactos do crédito na produção e no consumo	54
3.1 O aumento do crédito à aquisição de bens de consumo duráveis e seu impacto no comércio	55
3.2 O aumento na venda de móveis e eletrodoméstico e seus efeitos na produção industrial.....	57
Considerações Finais	60
Referências Bibliográficas.....	63

Introdução

Durante o período do auge da Crise Econômica Mundial iniciada em 2008, como consequência da chamada *crise do Subprime*, ocorrida nos Estados Unidos da América, o governo brasileiro adotou diversas políticas heterodoxas, como forma de minimizar os efeitos daquela crise sobre a economia brasileira.

Foram implantadas, dentre outras, políticas de incentivo à produção industrial e à construção civil, ampliadas as linhas de crédito, tanto para o consumo pela população de baixa renda quanto para a modernização e ampliação do parque industrial; incentivada a expansão da atuação das empresas brasileiras no exterior, inclusive através da concessão de empréstimos internacionais para realização de obras a serem executadas por empreiteiras brasileiras.

Naquele contexto, o governo utilizou os bancos públicos federais para regular o mercado interno de crédito, através da diminuição das taxas de juros adotadas por estas instituições, tanto no varejo bancário (crédito para o consumo, habitacional, agricultura familiar) quanto em operações de grande monta (obras de saneamento, empreendimentos imobiliários, agronegócio).

O propósito deste trabalho é analisar o papel da concessão de crédito a famílias de baixa renda no enfrentamento aos efeitos da crise econômica mundial de 2008, através do Programa Minha Casa Melhor da Caixa Econômica Federal, verificando se tal concessão teve efeito positivo, negativo ou neutro em tal enfrentamento. Esse programa teve como objetivo promover o acesso dessas famílias a bens de consumo duráveis, por meio de concessão de crédito facilitado.

Este tema parece não ter sido suficientemente abordado em estudos acadêmicos até o momento e, exatamente por isso, merece ser desenvolvido. As publicações identificadas durante o processo de elaboração do projeto de pesquisa – sejam artigos, dissertações ou teses – são exíguas, cabendo destaque a duas dissertações – de André Graupen (2015) e Alexandre Hakim (2015) – que, embora não abordem diretamente o tema, tratam de assuntos que tangenciam aquele proposto para esta dissertação.

Desta forma, levando-se em conta as pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a atuação dos bancos públicos na regulação do mercado bancário de crédito ao consumo, aliadas à importância do tema para a análise da viabilidade e oportunidade da adoção de políticas econômicas expansionistas e heterodoxas, como formas de enfrentamento às crises estruturais do capitalismo financeiro internacional, o presente projeto de pesquisa se mostra não somente

de interesse para o meio acadêmico como também, e talvez até principalmente, uma ferramenta para a análise do papel dos bancos públicos para a elaboração de políticas públicas.

Presta-se, ainda, à elaboração de futuras intervenções do Estado na economia, com o objetivo de gerar um ambiente de crescimento de produção industrial, aquecimento do comércio e aumento do emprego em momentos críticos.

Cabe, assim, um aprofundamento no estudo das políticas públicas de crédito adotadas naquele período, de caráter anticíclico do ponto de vista da ação econômica do governo federal, tendo em vista este tipo de abordagem ser bastante incomum na economia brasileira ao longo de sua história. Ainda mais relevante se torna esta observação, se levarmos em conta o sucesso alcançado pelo Brasil no enfrentamento aos efeitos deletérios da crise econômica mundial de 2008 sobre a economia do país, seja no que tange às taxas de ocupação e renda da classe trabalhadora, seja no tocante à manutenção dos índices de produtividade e consumo da economia nacional.

O objetivo geral deste estudo é, portanto, analisar o papel dos bancos públicos, em especial da Caixa Econômica Federal (CEF), na implementação de políticas heterodoxas para o combate aos efeitos da crise financeira mundial iniciada em 2007/2008, bem como os impactos sobre os padrões de produção industrial e de comércio de bens de consumo duráveis da chamada “linha branca”¹, gerados por estas políticas. Além disso serão buscados alguns objetivos secundários, quais sejam:

- 1) Identificar a relevância da diminuição das taxas de juros para o aumento da concessão de crédito para o consumo pelas famílias com renda de até 3 salários-mínimos;
- 2) Analisar o impacto das linhas de crédito para financiamento de bens de consumo duráveis (linha branca) sobre o volume de crédito concedido pelos bancos públicos;
- 3) Comparar os índices de inadimplência destas linhas de crédito, diante da inadimplência de outros tipos de empréstimos;

Partiu-se do pressuposto que, como consequência do crescimento na oferta de crédito, principalmente através de linhas de financiamento direcionadas à população de baixa renda,

¹ Os principais produtos que compõe o segmento tradicionalmente conhecido no mercado como linha branca são refrigeradores, freezers verticais e horizontais, condicionadores de ar, lavadoras de louças, lavadoras de roupa, secadoras, fornos de micro-ondas e fogões. No Brasil, este segmento apresenta, entre outras, as características de elevada demanda reprimida, forte influência da expansão do nível de renda e de políticas governamentais e concentração da oferta em poucos fabricantes.

Estes produtos são intensivos em corte, dobra, furação e tratamento e pintura, observando-se pouca complexidade tanto em termos de produto como de processo. No entanto, é crescente o uso de microeletrônica em alguns dos produtos, o que traz maior sofisticação tecnológica. É ainda bastante reduzida a incorporação destes componentes nos produtos fabricados no país. (SANTOS; SOUZA; COSTA, 1995)

garantiu-se a manutenção da demanda interna por bens de consumo duráveis, evitando que a atividade econômica nacional sofresse danos mais severos – a exemplo da retração da produção industrial ao redor do mundo em virtude dos efeitos da longa crise econômica mundial que se iniciara em 2008 – bem como que houvesse uma paralisação do processo de avanços sociais que vinha sendo registrado no Brasil desde a primeira metade daquela década.

Para isso, foi realizada uma análise quantitativa de dados sobre os volumes de empréstimos realizados pela Caixa Econômica Federal através do Programa Minha Casa Melhor no período de sua vigência, entre junho de 2013 e outubro de 2015. Também foram utilizadas informações referentes aos indicadores de desempenho do comércio e da indústria nacionais no que tange à produção e venda de bens de consumo da chamada “linha branca” no período citado e em períodos imediatamente anteriores e posteriores, a partir de dados da Pesquisa Mensal de Comércio e da Pesquisa Industrial Mensal, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para subsidiar as análises, outras fontes de pesquisa foram utilizadas, como estudos acadêmicos, livros, matérias jornalísticas e boletins produzidos por entidades empresariais ou órgãos governamentais. Tais fontes contribuem para a avaliação dos impactos da redução das taxas de juros praticadas pelo banco público sobre o mercado de crédito bancário para o consumo, além do reflexo destes impactos na produção industrial e na atividade comercial. Pretende-se ainda vincular esses números à taxa de emprego nos setores avaliados.

Assim, podemos afirmar que, mesmo não havendo bibliografia específica extensa sobre o tema proposto para esta pesquisa, a produção acadêmica sobre assuntos conexos serviu de referencial teórico para a elaboração do presente trabalho, embasando as análises dos dados obtidos através das fontes primárias de pesquisa, desde que consideradas as particularidades do Programa Minha Casa Melhor. Desta forma, consideramos que há base teórica suficiente para o desenvolvimento da pesquisa proposta.

No primeiro capítulo são abordados as características e o papel dos bancos públicos, especialmente da Caixa Econômica Federal, no enfrentamento à crise econômica de 2013, com destaque para suas vantagens competitivas e para sua atuação em segmentos de mercado não atendidos pelos bancos comerciais privados de forma adequada.

A seguir são apresentados, de forma resumida, os principais conceitos teóricos sobre *Public Banking*, necessários para a compreensão do papel dos bancos públicos na promoção do desenvolvimento nacional e regional, no auxílio à regulação dos mercados bancário e de crédito pelos governos, no fomento à produção industrial, na distribuição de renda e na universalização

dos serviços bancários, principalmente em países da periferia do capitalismo global. Em complemento, será abordada a atuação da Caixa Econômica Federal no cumprimento dessas atribuições, em consonância com as políticas do Governo Federal.

Também são caracterizadas de maneira breve algumas teorias econômicas que podem ser utilizadas na análise das causas e dos efeitos da Crise Econômica Mundial de 2008 – e de sua segunda etapa em 2013, foco principal deste trabalho – além de serem tecidas considerações sobre essas causas e efeitos no âmbito geral, com base no pensamento de teóricos que debatem a ciência econômica a partir dessas linhas selecionadas.

Discorre-se, ainda, sobre os impactos da segunda onda da crise econômica mundial sobre a economia brasileira, as opções adotadas pelo Governo Federal em seu enfrentamento, a caracterização destas políticas nas teorias anteriormente apresentadas e, com base nisso, sua efetividade neste enfrentamento.

Por fim, se apresenta o programa Minha Casa Melhor (MCM), abordando a legislação que o implementou, suas características e analisando o mercado de crédito à pessoa física existente naquele momento, bem como outros fatores conjunturais considerados relevantes para o estudo.

No segundo capítulo se aborda as pesquisas Mensal de Comércio e Industrial Mensal, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conceitualizando-as e analisando-se os dados e considerações obtidos a partir dos relatórios mensais emitidos por aquele órgão.

Primeiro é abordada a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e o mercado de consumo de eletrodomésticos da chamada “linha branca”, analisando-se sua participação no comércio varejista e apresentando dados extraídos dos relatórios mensais emitidos pelo IBGE.

A seguir faz-se o mesmo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), analisando-se seus dados principais e a relação entre o crédito ao consumo e a produção industrial, a partir de dados estatísticos e relatórios do IBGE.

Por fim, o terceiro capítulo analisa os possíveis impactos da concessão de crédito através do Programa Minha Casa Melhor sobre os números da produção industrial e das vendas no comércio dos produtos da “linha branca”, através do cruzamento dos dados da concessão de empréstimos pela Caixa Econômica Federal através do Programa Minha Casa Melhor com os dados levantados mensalmente pelo IBGE através da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física e da Pesquisa Mensal do Comércio.

1 O papel da Caixa Econômica Federal no enfrentamento aos efeitos da crise na economia brasileira

Os bancos públicos são instituições financeiras controladas pelo governo, que possuem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento econômico e social e têm um papel fundamental no fomento à economia e na redução das desigualdades sociais. Segundo Von Mettenheim (2009), essas instituições financeiras são importantes agentes de fomento do desenvolvimento econômico, uma vez que atuam em áreas onde os bancos privados não têm interesse ou não conseguem atender adequadamente, como o financiamento de projetos de infraestrutura, agricultura familiar e habitação popular.

Entre os instrumentos financeiros que podem ser utilizados para alavancar a economia, destacam-se os empréstimos com taxas de juros reduzidas e os programas de incentivo ao crédito. Nesse sentido, a concessão de crédito para as populações de baixa renda pode ter um impacto significativo sobre os padrões de produção industrial e de comércio de bens de consumo duráveis.

O papel dos bancos públicos na promoção do desenvolvimento econômico e social tem sido amplamente discutido na literatura econômica. Segundo Ferreira et al. (2019), eles desempenham um papel fundamental na oferta de crédito em momentos de crise, quando os bancos privados se mostram mais restritivos na concessão de empréstimos. Nesse sentido, os bancos públicos podem atuar como um “amortecedor” das crises econômicas, por meio da concessão de crédito facilitado a setores mais vulneráveis, como é o caso de famílias de baixa renda.

Ainda segundo Ferreira (2016), a atuação dos bancos públicos tem um papel fundamental no financiamento da produção e consumo de bens e serviços, contribuindo para o aumento da renda e emprego. Porém, segundo Oliveira (2017), os bancos públicos devem buscar equilibrar a concessão de crédito com a avaliação de riscos e a sustentabilidade financeira, evitando a inadimplência e a insolvência financeira.

Outro ponto importante na atuação dos bancos públicos é a transparência e a prestação de contas. Como instituições financeiras controladas pelo governo, eles devem estar sujeitos a uma maior transparência e controle social. Nesse sentido, é fundamental que as informações sobre as operações de crédito realizadas por estas instituições sejam acessíveis e claras, permitindo que a sociedade possa avaliar a efetividade das políticas públicas e a utilização dos recursos.

É importante destacar que a análise dos efeitos da concessão de crédito facilitado a famílias de baixa renda deve levar em consideração também os riscos envolvidos na ampliação do crédito. Conforme ressaltado por Baer (2013), a concessão de crédito facilitado pode gerar um aumento do endividamento das famílias, resultando em inadimplência e insolvência financeira, afetando negativamente a economia. Além disso, a concessão de crédito facilitado pode estimular o consumo excessivo, levando ao desequilíbrio da balança comercial, ao aumento da inflação e do déficit público.

Por outro lado, a atuação dos bancos públicos na concessão de crédito gera críticas por parte do setor privado e dos economistas ortodoxos, que alegam que a concorrência desigual prejudica a alocação eficiente dos recursos na economia, causando distorções. De acordo com Furlan et al. (2017), a concessão de crédito pelos bancos públicos pode gerar uma “*crowding out*” (expulsão) dos bancos privados do mercado, uma vez que os juros mais baixos oferecidos pelos bancos públicos podem tornar menos atrativo o crédito ofertado pelos bancos privados.

Já para Faria e Martins (2013), os bancos públicos têm vantagens em relação aos bancos privados, como acesso a recursos do Tesouro Nacional e captação de recursos a custos mais baixos, o que pode gerar uma competição desleal.

É importante que haja um equilíbrio entre a atuação dos bancos públicos e privados, de modo a garantir a concorrência no mercado e a sustentabilidade econômica. Além disso, a atuação dos bancos públicos pode gerar preocupações com relação à sua sustentabilidade financeira, uma vez que as instituições podem conceder empréstimos com taxas de juros reduzidas, mas sem garantias de retorno adequado, o que pode comprometer sua solvência financeira. Nesse sentido, é importante que haja uma gestão eficiente dos recursos dos bancos públicos, garantindo que sua atuação esteja alinhada aos objetivos de desenvolvimento econômico e social, mas sem comprometer a sustentabilidade financeira dessas instituições (Von Mettenheim, 2009).

No entanto, é importante destacar que a atuação dos bancos públicos pode ser complementar à atuação dos bancos privados, atendendo demandas específicas do mercado e promovendo o desenvolvimento de setores que são relevantes para a economia e a sociedade. Além disso, a concessão de crédito pelos bancos públicos pode ter efeitos positivos sobre a economia, principalmente em momentos de crise. Segundo Vieira e Moreira (2018), a atuação dos bancos públicos pode ter um papel contracíclico, ou seja, pode ajudar a minimizar os efeitos da recessão e promover a retomada do crescimento econômico. Nesse sentido, a concessão de

crédito a famílias de baixa renda pode ter um papel importante na promoção da recuperação econômica.

Por outro lado, a falta de acesso ao crédito pode impedir o desenvolvimento econômico e social de uma parcela significativa da população. Logo, ele pode ser fundamental para a redução da desigualdade social e para o desenvolvimento econômico do país, principalmente quando se trata de famílias de baixa renda. Nesse sentido, é essencial que a concessão de crédito seja acompanhada de políticas públicas que promovam a educação financeira e o desenvolvimento de empreendimentos produtivos, a fim de estimular a geração de renda e o desenvolvimento sustentável.

Outra crítica comum à atuação dos bancos públicos está relacionada à possível ineficiência na gestão dos recursos, em decorrência de sua estrutura burocrática e falta de incentivos para a melhoria da eficiência operacional. Segundo Ferreira e Zouain (2015), é importante que haja uma gestão eficiente dos recursos dos bancos públicos, com medidas para melhoria da eficiência e redução de custos, para que essas instituições possam cumprir seu papel de promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

Há, ainda, críticas à possibilidade de influência política em suas decisões, o que pode levar a concessão de empréstimos a empresas e setores não viáveis economicamente. De acordo com Oliveira (2017), é importante que haja uma separação clara entre a atuação dos bancos públicos e a política, para que as decisões sejam baseadas em critérios técnicos e não em interesses políticos.

Por isso é importante ressaltar que a atuação dos bancos públicos deve ser avaliada constantemente, a fim de garantir que estejam cumprindo seu papel de fomento do desenvolvimento econômico e social, sem gerar distorções no mercado financeiro. É necessário que a sua atuação esteja alinhada a uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, com objetivos claros e metas bem definidas, a fim de garantir que as políticas de crédito sejam coerentes com as necessidades da economia e da sociedade.

Assim, é fundamental que o papel dos bancos públicos na promoção do desenvolvimento econômico e social seja reconhecido e valorizado, através de políticas que incentivem a atuação dessas instituições financeiras e promovam a inclusão financeira e o desenvolvimento sustentável. Para isso, é preciso que o Estado adote medidas efetivas de regulação e controle, que garantam a eficiência e a transparência na alocação dos recursos e na gestão dos bancos públicos, a fim de assegurar a sua atuação em prol do interesse comum.

No Brasil um dos principais bancos públicos é a Caixa Econômica Federal, que tem como missão “Promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, gerando valor aos clientes e à sociedade como instituição financeira pública e agente de políticas de Estado” (CAIXA, 2023).

O banco foi fundado pelo imperador D. Pedro II em 12 de janeiro de 1861 com o nome de Caixa Econômica e Monte de Socorro, e continua ativo ininterruptamente desde então, tendo passado por diversos processos de alteração de sua estrutura administrativa, como a fusão das Caixas Econômicas Federais existentes em diversos Estados, em 1969; a incorporação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986; e a centralização da gestão dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1990.

Sendo o único banco múltiplo federal com capital 100% estatal e principal agente financeiro do governo federal, a Caixa tem sido utilizada em diversos momentos como instrumento de implementação de políticas públicas, desde programas de distribuição de renda e fundos (Bolsa Família, Seguro Desemprego, PIS, FGTS) até o fomento à produção e consumo (Microcrédito Produtivo Orientado, créditos com recursos do FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, Programa Minha Casa, Minha Vida).

A Caixa tem, ainda, em toda sua história uma forte ligação com a poupança, o penhor, as loterias, o empréstimo consignado e o financiamento habitacional. Atualmente, um dos programas mais conhecidos da Caixa é o Minha Casa Minha Vida², que tem como objetivo facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda por meio da concessão de financiamentos habitacionais com juros reduzidos.

1.1 A crise mundial e sua interpretação através de teorias econômicas heterodoxas

A crise econômica mundial de 2008, iniciada nos Estados Unidos, teve impactos significativos na economia brasileira. A queda do preço das commodities e a retração do comércio internacional levaram a uma diminuição na demanda por produtos brasileiros, o que resultou em uma queda no crescimento econômico do país. Em resposta, o governo federal adotou uma série de medidas para enfrentar os efeitos da crise. Para analisar os impactos da

² O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um programa de habitação criado pelo Governo Federal em 2009, com o objetivo de oferecer subsídios e taxas de juros menores que as de mercado para aquisição de moradias populares e conjuntos habitacionais, tanto nas regiões urbanas quanto nas zonas rurais. Inicialmente era dividido em 3 faixas, de acordo com a renda familiar dos beneficiários, que ofereciam diferentes subsídios e taxas de juros. O programa teve seu nome e suas regras alterados em 2019, inclusive com a exclusão da Faixa 1, voltando à sua nomenclatura e regras originais em 2023. (BRASIL, 2023)

crise econômica mundial de 2008 e sua segunda fase em 2013 no Brasil, é possível utilizar diversas perspectivas, dentre as quais destacamos a antiliberal, a pós-keynesiana e a nacional-desenvolvimentista.

Na perspectiva antiliberal, a liberalização financeira, desregulação e desindustrialização são apontadas como as principais causas da crise. De acordo com esta perspectiva, “as políticas neoliberais geraram desigualdades sociais e instabilidade econômica” (SOUZA, 2009, p. 186). Neste sentido, a solução para a crise passa pela retomada do controle do Estado sobre a economia, defesa do mercado interno e priorização da regulação do mercado financeiro e da redistribuição de renda.

Essa visão também propõe uma crítica ao modelo econômico dominante que tem sido adotado nos últimos anos. Para Chossudovsky (2010), a crise não pode ser compreendida como uma falha momentânea do sistema, mas sim como um reflexo das características fundamentais do sistema financeiro global. Para o autor, o sistema financeiro atual é caracterizado pela especulação e pela busca pelo lucro máximo, em detrimento das necessidades sociais e econômicas. Neste sentido, a solução proposta é uma mudança radical nas políticas econômicas, de modo que os interesses coletivos estejam acima dos interesses do mercado.

Em suma, a linha antiliberal propõe uma mudança radical na forma como a economia global vem sendo gerida. Para os defensores desta perspectiva, a crise econômica de 2008 foi uma consequência direta das políticas neoliberais que priorizaram a liberalização financeira em detrimento das necessidades sociais e econômicas. Neste sentido, a solução passa pela retomada do controle do Estado sobre a economia e pela priorização da regulação do mercado financeiro e da redistribuição de renda, de modo a se construir um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Já a perspectiva pós-keynesiana enfatiza a insuficiência da demanda agregada como causa da crise econômica mundial de 2008 e propõe soluções baseadas em políticas monetárias e fiscais expansionistas. Segundo Dutt (2017), o desequilíbrio entre poupança e investimento foi uma das principais causas da crise, o que gerou uma redução da demanda agregada e um aumento do desemprego. Para os pós-keynesianos, a solução para esse problema é a adoção de políticas fiscais e monetárias que estimulem a demanda agregada, através do aumento do gasto público, da redução dos juros e da desvalorização cambial (Lavoie, 2014).

Os pós-keynesianos defendem ainda a importância do papel do Estado na promoção do investimento e do consumo. Segundo Chick e Dow (2019), o Estado pode atuar como um agente de estabilização macroeconômica, através da regulamentação do mercado financeiro, do

investimento em infraestrutura e da garantia do emprego. Além disso, a utilização de políticas fiscais e monetárias é vista como uma ferramenta importante para evitar crises e promover o crescimento econômico a longo prazo (Palley, 2013).

Em resumo, a perspectiva pós-keynesiana destaca a importância da demanda agregada na explicação da crise econômica mundial de 2008 e propõe soluções baseadas em políticas monetárias e fiscais expansionistas, bem como na promoção do investimento e do consumo pelo Estado.

A perspectiva nacional-desenvolvimentista, como defendida por Bresser-Pereira (2009), entende que a superação da crise econômica passa necessariamente pela promoção do desenvolvimento autônomo do país, com base na industrialização. Para os defensores dessa corrente, a dependência da economia brasileira em relação aos mercados internacionais e o subdesenvolvimento industrial são as principais causas da crise. Assim, propõem a implementação de políticas de desenvolvimento que privilegiem a produção local, a diversificação da economia e a promoção da inovação tecnológica. Nessa perspectiva, o papel do Estado é fundamental na promoção do investimento produtivo e na defesa dos interesses nacionais.

Segundo Bresser-Pereira (2009), a estratégia nacional-desenvolvimentista envolve uma série de políticas públicas, tais como a regulação do comércio exterior, a criação de incentivos fiscais e financeiros para o investimento produtivo e a promoção de políticas de ciência e tecnologia. Além disso, os defensores dessa corrente enfatizam a importância da promoção do mercado interno, como forma de estimular a demanda por produtos nacionais e reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Outros autores, como Lin (2012), destacam que a estratégia nacional-desenvolvimentista pode ser vista como uma forma de superar a dependência dos países periféricos em relação ao centro do sistema capitalista global. Segundo ele, essa corrente propõe uma alternativa ao modelo de desenvolvimento neoliberal, que tem levado ao aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas em todo o mundo. Nessa perspectiva, a valorização da produção local e a promoção do desenvolvimento autônomo são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

1.2 A crise brasileira de 2013 e seu enfrentamento pelo governo federal

Do ponto de vista antiliberal, a intervenção estatal na economia adotada pelo governo brasileiro pode ser vista como uma crítica ao modelo neoliberal, que defende a minimização do papel do Estado na economia e a privatização de serviços públicos. No entanto, algumas

medidas adotadas pelo governo brasileiro, como a redução de impostos para estimular o consumo e o aumento do crédito para empresas, podem ser consideradas neoliberais em sua essência.

Segundo a teoria pós-keynesiana, a política fiscal expansionista adotada pelo governo brasileiro pode ser vista como uma tentativa de estimular a demanda agregada e combater a recessão econômica. No entanto, as políticas monetárias restritivas adotadas posteriormente, como o aumento da taxa básica de juros e o câmbio valorizado, podem ser vistas como contrárias à perspectiva pós-keynesiana.

Já na visão nacional-desenvolvimentista, a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e a criação de programas sociais podem ser vistas como medidas que visam ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades sociais. No entanto, a redução dos gastos públicos e a ampliação das concessões e privatizações adotadas posteriormente podem ser vistas como contrárias à perspectiva nacional-desenvolvimentista.

Portanto, a linha teórica adotada pelo governo brasileiro durante a crise econômica mundial de 2008 e sua segunda etapa em 2013 apresenta elementos que se enquadram nas perspectivas antiliberal, pós-keynesiana e nacional-desenvolvimentista, mas não pode ser considerada totalmente aderente a qualquer uma dessas perspectivas.

O Governo Federal adotou medidas de estímulo à economia e de proteção social para lidar com os efeitos da crise, atuando através de políticas como a concessão de crédito para famílias de baixa renda, a desoneração da folha de pagamento de alguns setores da economia, a ampliação de investimentos em infraestrutura e a adoção de medidas de proteção à indústria nacional.

Além disso, a intervenção do Estado na economia foi defendida como forma de controlar os impactos negativos da crise e promover o desenvolvimento do país. Destacam-se, entre outras iniciativas, o Programa Minha Casa, Minha Vida, a ampliação do Bolsa Família e a redução de impostos para setores estratégicos da economia, como a indústria automotiva.

André Graupen, que em sua dissertação de mestrado trata das medidas adotadas pelo Governo Federal no combate à Crise de 2008-2009 destaca que, já então, foram adotadas medidas anticíclicas voltadas ao setor de eletrodomésticos da chamada “linha branca”:

O setor de móveis e eletrodomésticos, assim como o setor automotivo, teve como medidas de combate à crise adotadas pelo governo brasileiro, a redução do imposto sobre produtos industrializados, a expansão do crédito e a mudança da política monetária. (GRAUPEN, 2015, p. 42)

Uma das principais medidas adotadas foi a ampliação da concessão de crédito para famílias de baixa renda, com o objetivo de estimular o consumo e o investimento e, conseqüentemente, a produção industrial e o comércio de bens de consumo duráveis da linha branca. No entanto, essa estratégia também apresentou desafios e críticas.

Alguns especialistas argumentaram que a ampliação da concessão de crédito poderia levar a um aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, além de não solucionar questões estruturais da economia brasileira, como a baixa produtividade e a falta de investimentos em infraestrutura.

A atuação do governo federal no combate aos efeitos da crise econômica mundial de 2008 e de sua segunda fase em 2013 também foi marcada por outras medidas, como a adoção de políticas de proteção social, a redução da taxa de juros, a ampliação dos gastos públicos e a valorização do salário-mínimo. Essas medidas foram defendidas como formas de estimular o consumo interno e de proteger os mais vulneráveis da crise.

1.3 O Programa Minha Casa Melhor: uma importante política econômica anticíclica

Em 15 de outubro de 2013 a Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei 12.868 que, dentre outros temas, em seus artigos 1º ao 3º altera a redação do Artigo 6º da Lei 12.793 de 2 de abril de 2013, que criara o Programa Minha Casa Melhor, responsável pela concessão de créditos para “financiamento de bens, exclusivamente para o público da Faixa I do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV” (BRASIL, 2013a).

Além da ampliação dos créditos extraordinários destinados à Caixa Econômica Federal para este fim, a redação passa a determinar a concessão de empréstimos para “financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)” (BRASIL, 2013b), e orienta que o Banco Central, através do Conselho Monetário Nacional, realize outras regulamentações necessárias.

O valor total dos créditos destinados à linha de crédito denominada Programa Minha Casa Melhor (PMCM) foi de até R\$8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), sendo autorizada a emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal caso necessário, bem como desobrigando parcialmente a CEF do repasse de lucros para a União, como definido no Art. 3º:

Art. 3º É a União autorizada a dispensar a Caixa Econômica Federal do recolhimento de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio que lhe seriam devidos, em montante definido pelo Ministro de Estado da Fazenda, referentes aos exercícios de 2013 e subsequentes, enquanto durarem as operações realizadas pelo PMCMV, para fins de cobertura do risco de crédito e dos custos operacionais das operações de financiamento de bens de consumo duráveis destinados às pessoas físicas do PMCMV.

§ 1º Deverá ser observado o recolhimento mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto no caput. (Idem)

A linha de crédito tinha por objetivo a aquisição de bens de consumo duráveis, que seriam definidos pelo CMN tanto quanto aos produtos abrangidos quanto aos seus valores máximos, bem como aos termos e condições de concessão dos financiamentos. Esta definição se deu através da Resolução nº 4.273, de 17 de outubro de 2013, que alterou os termos da Resolução nº 4.223, de 12 de junho de 2013. Foi definido o limite de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por favorecido, com prazo máximo de 48 meses e taxa de juros de 5% ao ano, além de um período de utilização de até 12 meses a partir da concessão do crédito.

Na mesma Resolução foram definidas as características dos bens a serem financiados:

5. BENS FINANCIÁVEIS E RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DE AQUISIÇÃO

5.1 Serão financiados móveis e eletrodomésticos conforme descrição a seguir:

I - Móveis:

- a) guarda-roupa de até R\$700,00 (setecentos reais);
- b) cama de casal, cama beliche, com ou sem colchão, ou cama box de casal de até R\$500,00 (quinhentos reais);
- c) cama de solteiro, berço com selo INMETRO, com ou sem colchão, ou cama box de solteiro de até R\$400,00 (quatrocentos reais);
- d) mesa com cadeiras de até R\$400,00 (quatrocentos reais);
- e) sofá de até R\$600,00 (seiscentos reais);
- f) estante ou rack de até R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais);
- g) móveis para cozinha de até R\$600,00 (seiscentos reais);

II - eletrodomésticos:

- a) refrigerador de até R\$1.090,00 (um mil e noventa reais);
- b) fogão de até R\$599,00 (quinhentos e noventa e nove reais);
- c) micro-ondas de até R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais);
- d) lavadora de roupa automática de até R\$1.100,00 (um mil e cem reais);
- e) TV digital de até R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais);
- f) computador ou notebook, com capacidade de acesso à internet, de até R\$1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais);
- g) tablet, com tela capacitiva igual ou superior a 7", memória de pelo menos 8GB, câmara, Wi-Fi e sistema operacional, de até R\$800,00 (oitocentos reais).

5.2 Os eletrodomésticos indicados nas alíneas "a", "b", "d" e "e" acima deverão possuir eficiência energética "A" conforme indicado em etiqueta do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

5.3 Os eletrodomésticos indicados nas alíneas “c” e “g” deverão ser produzidos no País conforme Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido pelo Poder Executivo.

5.4 O estabelecimento comercial credenciado deverá faturar a venda dos bens até os valores máximos de que trata o subitem 5.1. (BACEN, 2013)

Neste ponto cabe destacar algumas exigências realizadas, que demonstram os objetivos subjacentes da linha de crédito e a preocupação governamental com outros aspectos que não somente a concessão de crédito. Um exemplo é a obrigatoriedade, no caso dos eletrodomésticos, do Selo PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) de eficiência energética na categoria A, a mais econômica, além de serem de produção nacional, nos moldes do Processo Produtivo Básico (PPB). Ou, ainda, a exigência do selo de segurança do INMETRO para a compra de berços.

Estas exigências denotam a atenção do órgão regulamentador não somente às questões objetivas, relativas à concessão do crédito, mas também a importância de aspectos de segurança, economia de energia e com o incentivo à indústria nacional num momento de crise, como forma de garantir a manutenção dos níveis de emprego e das atividades industriais e comerciais neste setor da economia.

Segundo informações prestadas pela CEF, através da Lei de Acesso à Informação³, o crédito era destinado aos tomadores do PMCMV – Faixa I⁴, que atendessem a alguns critérios:

- (i) novos;
- (ii) da base atual com contrato habitacional, ativos ou liquidados, independentemente do agente financeiro, a saber: Caixa, Banco do Brasil, Instituições Sociais ou Prefeituras sob gestão do Ministério das Cidades;
- (iii) com imóveis entregues por iminência de invasão, e
- (iv) com imóveis rurais concluídos. (CAIXA, 2019)

Na mesma comunicação foram informados os dados referentes aos empréstimos concedidos entre junho de 2013 e outubro de 2015 embora, ainda segundo a CEF, “A comercialização do crédito do PMCMV está suspensa desde FEV 2015” (Idem). De fato, observa-se um sensível declínio no número de concessões e nos valores emprestados a partir de fevereiro de 2015, o que significa que apenas foram liberados contratos que haviam tido a

³ A Lei 12.527, de 18 de 2011 tem por objetivo regulamentar o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

⁴ Em 2013 a Faixa I do PMCMV destinava-se a famílias com renda mensal bruta de até R\$1.600,00, financiando até 95% do valor total de imóveis de até R\$76.000,00. Outros critérios para obtenção do crédito eram não possuir imóvel próprio, quitado ou financiado; nunca haver recebido outro subsídio habitacional do Governo Federal e; não constar do CADMUT ou do CADIN.

solicitação realizada antes daquela data. Por outro lado, os valores de utilização sofrem uma diminuição a partir do mesmo período, que se acentua ainda mais depois de maio do mesmo ano, até praticamente deixarem de existir em outubro.

De acordo com esses dados, detalhados na Tabela 1, percebe-se que no período de pouco menos de um ano e meio de vigência do programa a utilização total foi inferior a R\$3 bilhões, de uma concessão pouco superior a R\$3,5 bilhões, ficando muito aquém do valor destinado originalmente à linha de crédito. Segundo informações da imprensa à época, citando declarações da Presidenta Dilma Rousseff, a interrupção foi causada pela alta taxa de inadimplência verificada entre os beneficiários, que atingia 30%. (PROGRAMA... 2015), (VEJA, 2015a), (VEJA, 2015b)

O lançamento do programa atendeu aos objetivos, com o volume de empréstimos no segundo mês, julho de 2013, sendo o maior de toda a série, superando em mais de 55% o segundo melhor mês, agosto de 2013. De fato, nos seis primeiros meses de concessão de crédito concentraram-se 53,9% do total emprestado ao longo de todo o período de existência do MCM. Essa concentração de créditos nos meses iniciais pode indicar a existência de uma demanda reprimida, que buscaremos analisar adiante.

Por outro lado, nos seis meses que antecederam a suspensão dos empréstimos, ocorrida em fevereiro de 2015, as concessões representaram apenas 13,4% do volume emprestado. Se considerarmos os empréstimos realizados após a suspensão, referentes a pedidos realizados antes daquela data, esse valor chega a 13,6% do total, um acréscimo de somente 0,2% em oito meses.

Os dados revelam que o valor médio dos empréstimos realizados através do programa foi de R\$ 2.189,42, o que indica que o programa atingiu principalmente as famílias de baixa renda, que não teriam acesso a crédito no mercado tradicional. Além disso, mostram que os eletrodomésticos foram os itens mais financiados através do programa, sendo que os refrigeradores foram responsáveis por 30% dos empréstimos, seguidos por fogões (20%), máquinas de lavar (16%) e televisores (15%).

No que tange ao perfil dos beneficiários, os dados indicam que a maioria dos empréstimos foi concedida para mulheres (58%), sendo que a faixa etária mais beneficiada foi a de 26 a 35 anos (39%). Quanto à localização geográfica, os estados com maior número de beneficiários foram São Paulo (20,5%), Bahia (10,4%) e Rio de Janeiro (8,7%).

Avaliando o fluxo de utilização dos valores tomados percebe-se que este se deu de forma gradual, utilizando boa parte do prazo contratual de até 12 meses para que os recursos fossem

gastos. Cabe ressaltar que os valores concedidos logo no início do período tiveram uma utilização mais rápida tendo o volume concedido em junho sido utilizado já no mês seguinte, e aquele emprestado até julho sido gasto até setembro. A partir daí a velocidade de utilização começa a diminuir chegando-se, no fim do período analisado, à utilização de apenas 82,7% do total do crédito. O volume total gasto até outubro de 2015 foi inferior ao valor de concessões acumulado até julho de 2014.

Além disso, é possível observar que essa política teve um impacto importante na redução da taxa de juros cobrada pelos empréstimos, o que certamente contribuiu para o aumento da demanda por esses produtos. De fato, em 2012, a taxa média de juros para empréstimos pessoais era de 44,2% ao ano, enquanto em 2014, essa taxa havia caído para 28,4% ao ano, de acordo com dados do Banco Central do Brasil.

Nesse sentido, é importante destacar que a concessão de crédito para as famílias de baixa renda não só contribuiu para o aumento da demanda por bens de consumo duráveis, mas também teve um papel relevante na inclusão social e econômica dessas populações. Ao possibilitar o acesso a produtos antes restritos a uma parcela mais privilegiada da sociedade, a ampliação do crédito para as famílias de baixa renda contribuiu para a melhoria das condições de vida dessas pessoas e para o aumento da sua participação na economia.

Embora não haja, neste momento, condições de avaliar os motivos que levaram a essa queda na utilização do crédito já concedido, a desaceleração no consumo pode ter sido causada, ao menos em parte, pelo agravamento da crise econômica no Brasil. Chama a atenção o fato de que a partir de janeiro de 2015 os níveis de desemprego sofreram um crescimento significativo. O desemprego medido pela PNAD Contínua em dezembro de 2014 era de 6,5%, subindo no mês seguinte para 6,8%, mantendo o comportamento de alta até atingir, em novembro de 2015, o patamar de 9,0%, o mais elevado desde o início da série histórica, em março de 2012, até aquele ponto.

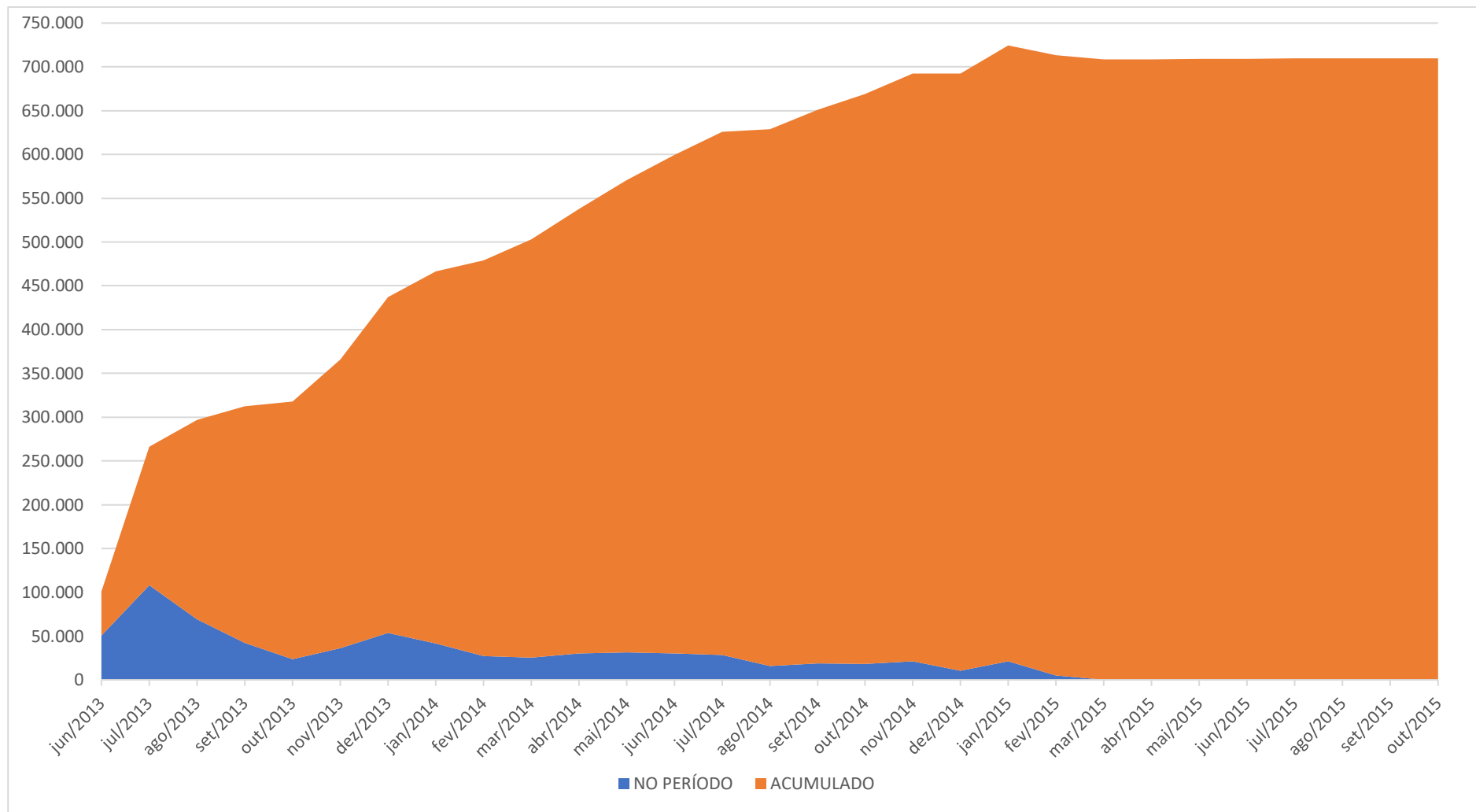
O aumento do desemprego ao longo de 2015 coincide com mudanças no perfil da equipe econômica do Governo Federal, que renuncia às políticas heterodoxas de combate aos reflexos da crise financeira internacional, adotando políticas de austeridade fiscal e controle de gastos públicos que afetam, entre outros, os investimentos federais em produção e o fornecimento de crédito subsidiado para o consumo, como era o caso do PMCM. Esta mudança é considerada por alguns analistas e meios de comunicação como a real causa da suspensão do programa, em lugar do aumento da inadimplência. (PROGRAMA... 2015)

Tabela 1
PMCM – Quantidade de Concessões, Valor Emprestado e Valor Utilizado

Mês	Quantidade		Empréstimos		Compras	
	No período	Acumulado	No período	Acumulado	No período	Acumulado
jun/2013	50.440	50.440	R\$251.162	R\$251.162	R\$4.239	R\$4.239
jul/2013	108.038	158.478	R\$538.265	R\$789.427	R\$256.197	R\$260.436
ago/2013	69.320	227.798	R\$345.218	R\$1.134.645	R\$303.484	R\$563.920
set/2013	42.405	270.203	R\$211.345	R\$1.345.990	R\$217.791	R\$781.711
out/2013	23.701	293.904	R\$118.166	R\$1.464.156	R\$149.899	R\$931.610
nov/2013	35.930	329.834	R\$179.022	R\$1.643.178	R\$132.406	R\$1.064.016
dez/2013	53.558	383.392	R\$267.307	R\$1.910.485	R\$128.478	R\$1.192.494
jan/2014	41.445	424.837	R\$206.842	R\$2.117.327	R\$169.420	R\$1.361.914
fev/2014	27.093	451.930	R\$135.174	R\$2.252.501	R\$161.410	R\$1.523.324
mar/2014	25.550	477.480	R\$127.643	R\$2.380.144	R\$122.799	R\$1.646.123
abr/2014	30.034	507.514	R\$149.988	R\$2.530.132	R\$102.700	R\$1.748.823
mai/2014	31.667	539.181	R\$158.154	R\$2.688.286	R\$144.210	R\$1.893.033
jun/2014	30.130	569.311	R\$150.496	R\$2.838.782	R\$21.235	R\$1.914.268
jul/2014	28.142	597.453	R\$140.532	R\$2.979.314	R\$229.898	R\$2.144.166
ago/2014	15.805	613.258	R\$78.851	R\$3.058.165	R\$102.371	R\$2.246.537
set/2014	18.996	632.254	R\$94.811	R\$3.152.976	R\$144.819	R\$2.391.356
out/2014	18.467	650.721	R\$92.208	R\$3.245.184	R\$113.766	R\$2.505.122
nov/2014	20.915	671.636	R\$104.436	R\$3.349.620	R\$79.913	R\$2.585.035
dez/2014	10.360	681.996	R\$51.738	R\$3.401.358	R\$110.132	R\$2.695.167
jan/2015	21.240	703.236	R\$105.802	R\$3.507.160	R\$80.523	R\$2.775.690
fev/2015	5.030	708.266	R\$24.940	R\$3.532.100	R\$88.105	R\$2.863.795
mar/2015	66	708.332	R\$330	R\$3.532.430	R\$38.763	R\$2.902.558
abr/2015	159	708.491	R\$795	R\$3.533.225	R\$12.128	R\$2.914.686
mai/2015	404	708.895	R\$2.024	R\$3.535.249	R\$5.214	R\$2.919.900
jun/2015	156	709.051	R\$780	R\$3.536.029	R\$3.038	R\$2.922.938
jul/2015	207	709.258	R\$1.035	R\$3.537.064	R\$1.756	R\$2.924.694
ago/2015	162	709.420	R\$810	R\$3.537.874	R\$1.199	R\$2.925.893
set/2015	114	709.534	R\$570	R\$3.538.444	R\$871	R\$2.926.764
out/2015	42	709.576	R\$210	R\$3.538.654	R\$500	R\$2.927.264

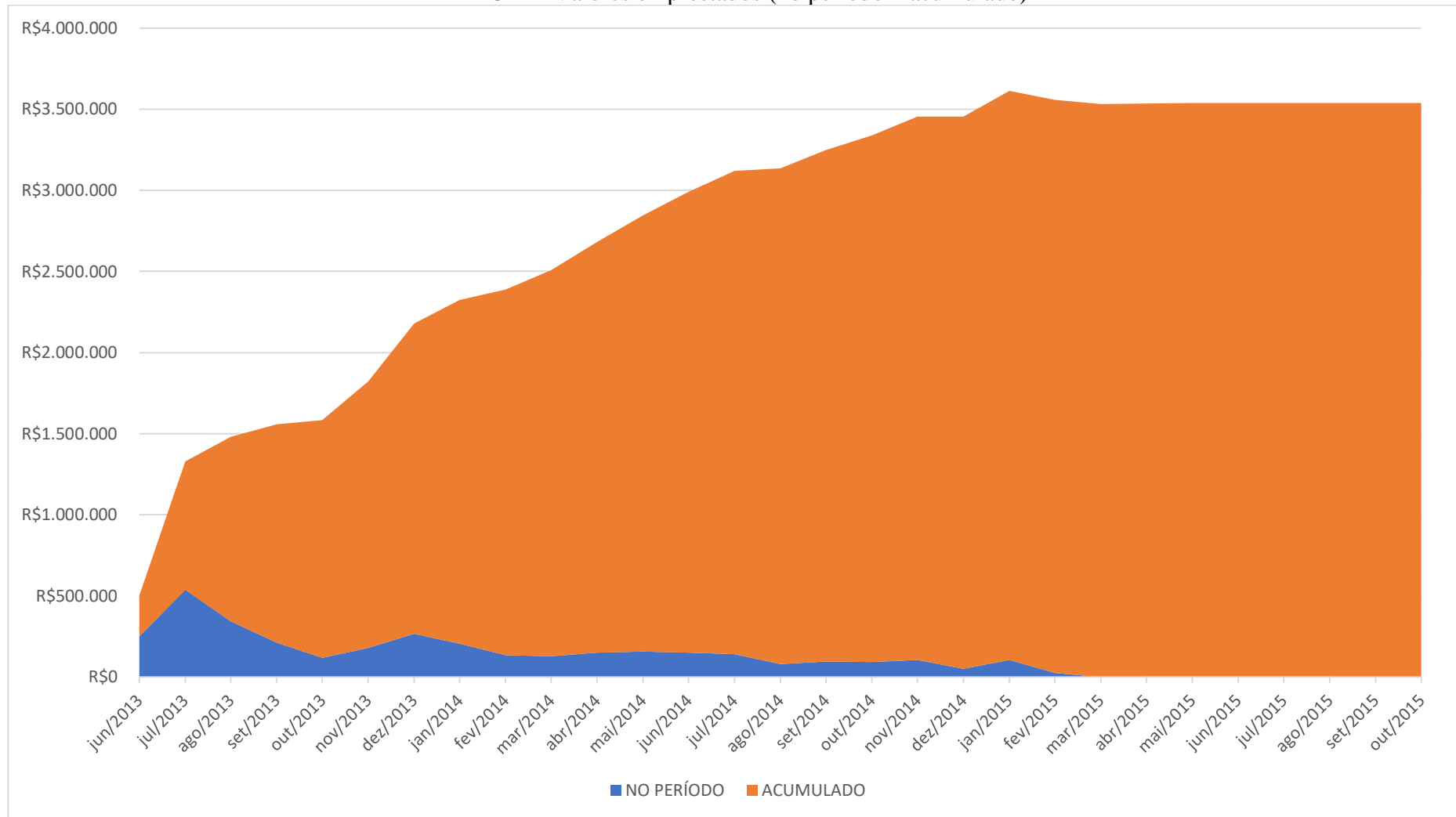
Quantidades em unidades
Valores de empréstimos e utilização em milhares de reais
Dados: Caixa Econômica Federal – SUNOP

Gráfico 1
 PMCM – Quantidade de concessões (no período x acumulado)



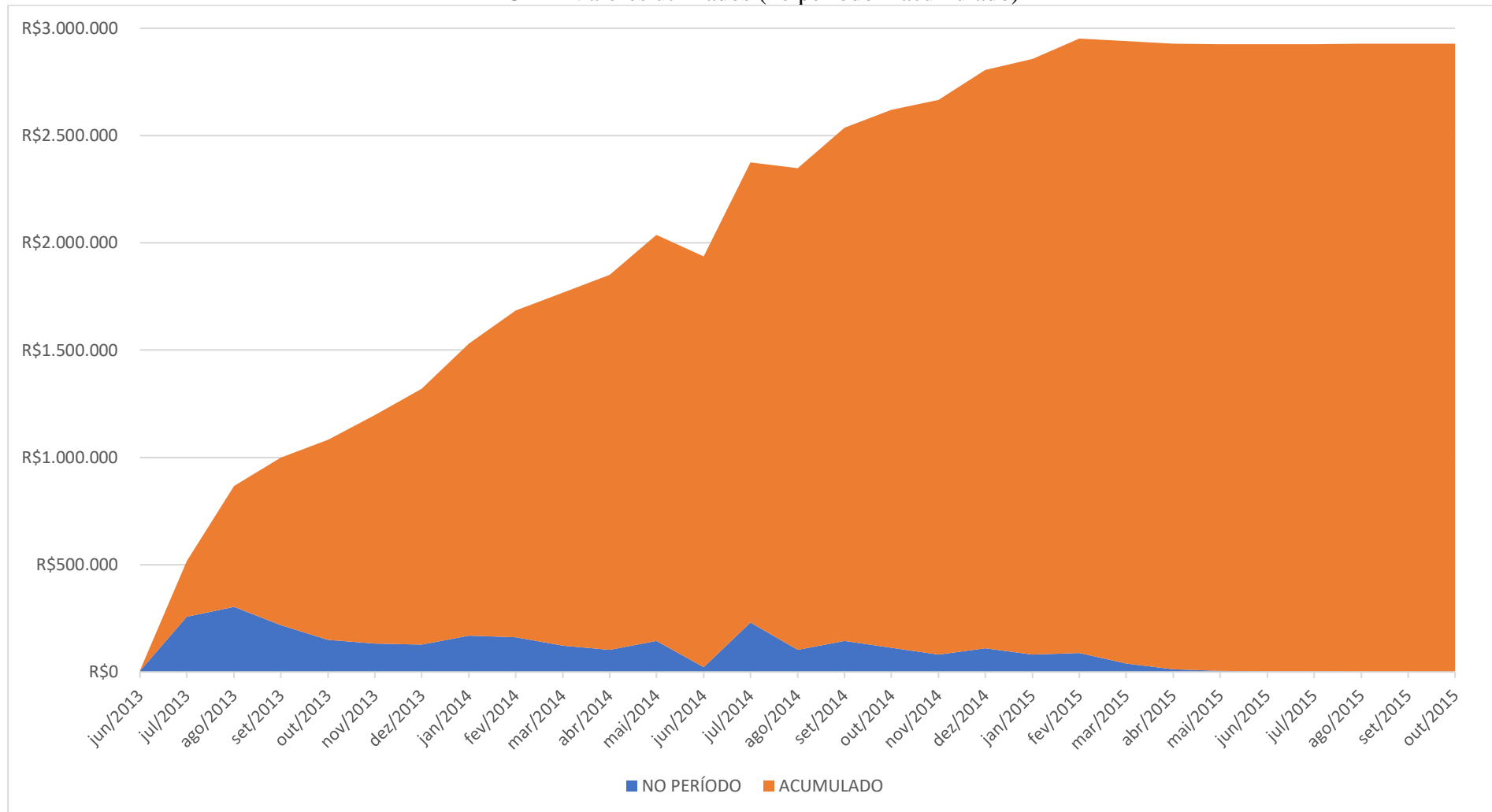
Valores unitários
 Dados: Caixa Econômica Federal - SUNOP

Gráfico 2
PMCM – Valores emprestados (no período x acumulado)



Valores em milhares de reais
Dados: Caixa Econômica Federal - SUNOP

Gráfico 3
PMCM – Valores utilizados (no período x acumulado)



Valores em milhares de reais
Dados: Caixa Econômica Federal - SUNOP

2 Dados de consumo e produção industrial: As pesquisas Mensal de Comércio e Industrial Mensal do IBGE

2.1 A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) e o consumo de eletrodomésticos da linha branca

A PMC “produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País” (IBGE, 2021b) desde janeiro de 1995, inicialmente somente na cidade do Rio de Janeiro e posteriormente, a partir de 2000, com abrangência nacional. A pesquisa passou por diversas séries históricas, a mais recente a partir de 2017 com o ano de 2014 como base, tendo o ajuste sazonal das receitas nominais e dos volumes de venda se iniciado em 2005.

Ao analisarmos os resultados da pesquisa para o mês de julho de 2013 podemos notar um crescimento da ordem de 8,9% (Tabela 5) em relação a igual período do ano anterior⁵. De fato, conforme o relatório de apresentação dos dados da pesquisa:

Em termos de impacto no resultado do mês, no que tange ao volume de vendas, a atividade de Móveis e eletrodomésticos, com aumento de 11,0% no volume de vendas em relação a julho do ano passado, foi responsável pela maior participação da taxa global do Varejo (explicando 22,4% desta). A atividade vem apresentando taxas de crescimento positivas devido à política de incentivo do governo ao consumo, através da manutenção de alíquotas de IPI reduzidas para móveis e eletrodomésticos. Em termos acumulados, as variações atingiram 4,8% no ano e a 7,1% em 12 meses.⁶ (IBGE, 2013a, p. 13)

Também no mês seguinte os índices de crescimento do setor de Móveis e eletrodomésticos tiveram um incremento superior à média do Comércio em geral (7,9% contra 6,2%) cabendo observar que o aumento de vendas de eletrodomésticos foi significativamente superior ao de móveis (12,1% do primeiro contra apenas 0,8% do segundo). Sendo agosto de 2013 o mês com maior volume de utilização de recursos em toda a vigência do PMCM, seu impacto no comércio varejista já é percebido nos levantamentos do IBGE, com se percebe nos comentários à PMC daquele período:

A atividade de Móveis e eletrodomésticos, com aumento de 7,9% no volume de vendas em relação a agosto do ano passado, foi responsável pela segunda

⁵ De acordo com o IBGE (2013a, p. 11) “Os índices do mês poderão ser alterados na divulgação do mês subsequente, em virtude de retificações nos dados primários por parte dos informantes da pesquisa.”, daí a diferença entre os índices da Tabela 5 e da citação.

⁶ Apesar de não citado no relatório, o mês de junho de 2013 é o de maior volume de concessão e o segundo maior em utilização de recursos do PMCM.

maior participação à taxa global do varejo (16%). Em termos acumulados, as variações atingiram 5,2% para os oito primeiros meses do ano e 6,6% para os últimos 12 meses. A atividade vem apresentando taxas de crescimento positivas devido à política de incentivo do governo ao consumo, através da manutenção de alíquotas de IPI reduzidas para móveis e eletrodomésticos. Ademais, o Programa Minha Casa Melhor tem contribuído para um maior desempenho da atividade desde julho de 2013, data da sua implementação. (IBGE, 2013b, p. 13)

Se observarmos o desempenho do comércio varejista em fevereiro de 2015, mês da suspensão das novas concessões do PMCM a situação se mostra bastante diferente. O comércio varejista como um todo apresentou uma variação de -0,1% no volume de vendas, em comparação com igual período do ano anterior, sendo o item Móveis e eletrodomésticos o que apresentou maior queda, de -10,4%, sendo -11,0% em móveis e -10,1% em eletrodomésticos. Este comportamento se repete em março (-6,2%), e agrava-se significativamente a partir de abril daquele ano. É também a partir de fevereiro de 2015 que, pela primeira vez desde dezembro de 2012, início da avaliação deste trabalho, os índices acumulados nos últimos 12 meses são negativos, continuando assim pelo menos até o final de 2016.

Entre abril e outubro de 2015, fim do período de utilização do PMCM, a atividade de Móveis e Eletrodoméstico apresentou o maior índice de queda em comparação ao mesmo mês do ano anterior dentre as oito categorias acompanhadas pela PMC em todos eles, não sendo o de maior impacto negativo na composição final do índice do Comércio Varejista apenas em agosto daquele ano.

Tabela 2
 Índice de volume de vendas no comércio varejista
 Variação mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12) (%)

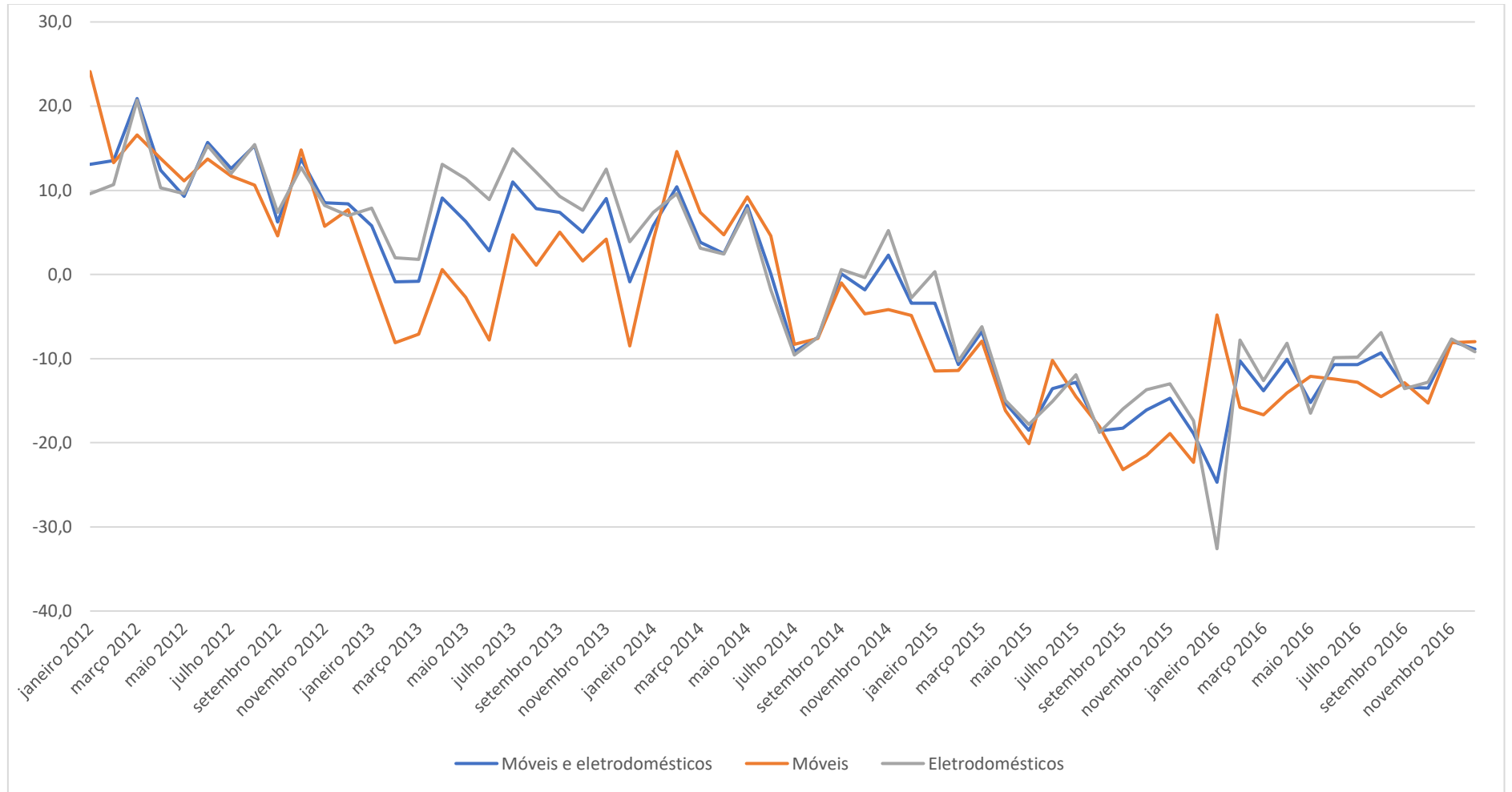
1 Mês	Atividades		
	Móveis e eletrodomésticos	Móveis	Eletrodomésticos
janeiro 2012	13,1	24,1	9,6
fevereiro 2012	13,5	13,3	10,7
março 2012	20,9	16,6	20,7
abril 2012	12,4	13,8	10,3
maio 2012	9,3	11,1	9,6
junho 2012	15,7	13,7	15,3
julho 2012	12,6	11,7	12,0
agosto 2012	15,3	10,6	15,4
setembro 2012	6,2	4,6	7,4
outubro 2012	13,7	14,8	12,7
novembro 2012	8,5	5,7	8,2
dezembro 2012	8,4	7,7	7,0
janeiro 2013	5,8	-0,3	7,9
fevereiro 2013	-0,9	-8,1	2,0
março 2013	-0,8	-7,1	1,8
abril 2013	9,1	0,6	13,1
maio 2013	6,3	-2,7	11,4
junho 2013	2,8	-7,8	8,9
julho 2013	11,0	4,7	14,9
agosto 2013	7,8	1,1	12,1
setembro 2013	7,4	5,0	9,3
outubro 2013	5,0	1,6	7,6
novembro 2013	9,0	4,2	12,5
dezembro 2013	-0,9	-8,5	3,9
janeiro 2014	5,8	4,1	7,4
fevereiro 2014	10,4	14,6	9,6
março 2014	3,8	7,4	3,1
abril 2014	2,5	4,7	2,4
maio 2014	8,2	9,2	7,8
junho 2014	0,1	4,6	-1,8
julho 2014	-9,2	-8,3	-9,6
agosto 2014	-7,5	-7,6	-7,5
setembro 2014	0,1	-1,0	0,6
outubro 2014	-1,8	-4,7	-0,4
novembro 2014	2,3	-4,2	5,2
dezembro 2014	-3,4	-4,9	-2,8
janeiro 2015	-3,4	-11,5	0,3
fevereiro 2015	-10,7	-11,4	-10,3
março 2015	-6,8	-7,9	-6,2
abril 2015	-15,3	-16,2	-15,0
maio 2015	-18,5	-20,1	-17,8
junho 2015	-13,6	-10,2	-15,1
julho 2015	-12,8	-14,5	-11,9
agosto 2015	-18,6	-18,1	-18,8
setembro 2015	-18,3	-23,2	-16,0
outubro 2015	-16,1	-21,5	-13,7
novembro 2015	-14,7	-18,9	-13,0
dezembro 2015	-18,9	-22,3	-17,4
janeiro 2016	-24,7	-4,8	-32,6
fevereiro 2016	-10,3	-15,8	-7,8
março 2016	-13,8	-16,7	-12,6
abril 2016	-10,1	-14,1	-8,2
maio 2016	-15,2	-12,1	-16,5
junho 2016	-10,7	-12,4	-9,9
julho 2016	-10,7	-12,8	-9,8
agosto 2016	-9,3	-14,5	-6,9
setembro 2016	-13,4	-12,9	-13,6
outubro 2016	-13,5	-15,3	-12,8
novembro 2016	-7,9	-8,1	-7,7
dezembro 2016	-8,9	-8,0	-9,2

2022 = 100

Dados: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Gráfico 4

Índice de volume de vendas no comércio varejista – Variação percentual mensal



Base: igual mês do ano anterior (%)
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Tabela 3
Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista
Variação mês/mesmo mês do ano anterior (M/M-12) (%)

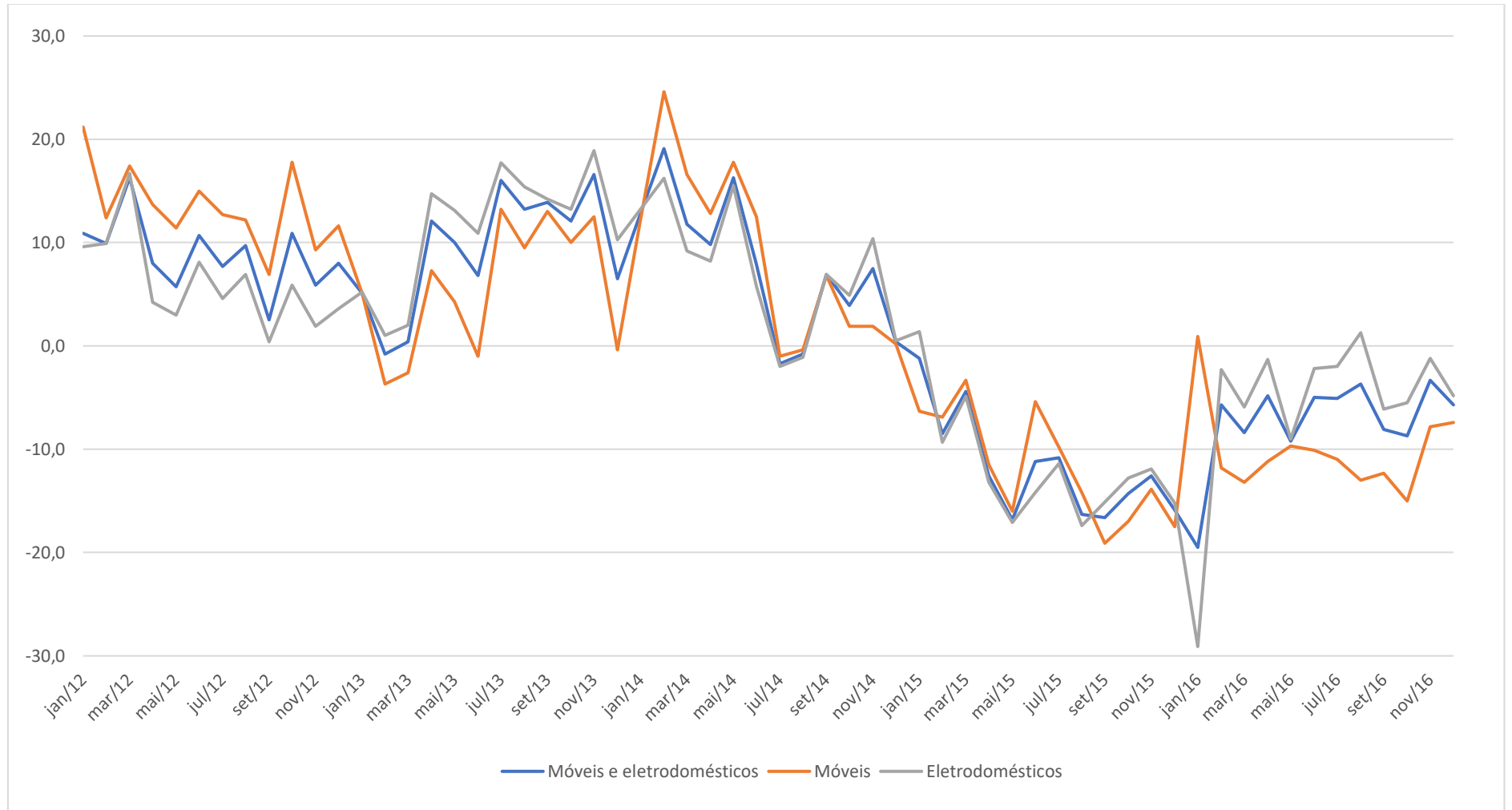
Mês	Atividades			
	Móveis e eletrodomésticos	Móveis	Móveis	Eletrodomésticos
jan/12	10,9	21,2		9,6
fev/12	9,9	12,4		9,9
mar/12	16,3	17,4		16,7
abr/12	8,0	13,7		4,2
mai/12	5,7	11,4		3,0
jun/12	10,7	15,0		8,1
jul/12	7,7	12,7		4,6
ago/12	9,7	12,2		6,9
set/12	2,5	6,9		0,4
out/12	10,9	17,8		5,9
nov/12	5,9	9,3		1,9
dez/12	8,0	11,6		3,6
jan/13	5,1	5,1		5,2
fev/13	-0,8	-3,7		1,0
mar/13	0,4	-2,6		2,0
abr/13	12,1	7,3		14,7
mai/13	10,0	4,3		13,1
jun/13	6,8	-1,0		10,9
jul/13	16,0	13,2		17,7
ago/13	13,2	9,5		15,4
set/13	13,9	13,0		14,2
out/13	12,1	10,0		13,2
nov/13	16,6	12,5		18,9
dez/13	6,5	-0,4		10,3
jan/14	12,8	12,2		13,2
fev/14	19,1	24,6		16,2
mar/14	11,8	16,6		9,2
abr/14	9,8	12,8		8,2
mai/14	16,3	17,8		15,5
jun/14	7,9	12,5		5,8
jul/14	-1,7	-1,0		-2,0
ago/14	-0,8	-0,4		-1,1
set/14	6,9	6,8		6,9
out/14	3,9	1,9		4,9
nov/14	7,5	1,9		10,4
dez/14	0,4	0,2		0,5
jan/15	-1,2	-6,3		1,4
fev/15	-8,5	-6,9		-9,3
mar/15	-4,4	-3,3		-4,9
abr/15	-12,6	-11,5		-13,2
mai/15	-16,8	-16,0		-17,1
jun/15	-11,2	-5,4		-14,2
jul/15	-10,8	-9,8		-11,4
ago/15	-16,3	-14,2		-17,4
set/15	-16,6	-19,1		-15,1
out/15	-14,3	-17,0		-12,8
nov/15	-12,6	-13,9		-11,9
dez/15	-15,9	-17,5		-15,2
jan/16	-19,5	0,9		-29,1
fev/16	-5,7	-11,8		-2,3
mar/16	-8,4	-13,2		-5,9
abr/16	-4,8	-11,2		-1,3
mai/16	-9,2	-9,7		-9,0
jun/16	-5,0	-10,1		-2,2
jul/16	-5,1	-11,0		-2,0
ago/16	-3,7	-13,0		1,3
set/16	-8,1	-12,3		-6,1
out/16	-8,7	-15,0		-5,5
nov/16	-3,3	-7,8		-1,2
dez/16	-5,7	-7,4		-4,8

2022 = 100

Dados: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Gráfico 5

Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista – Variação percentual mensal



Base: igual mês do ano anterior (%)
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

2.1.1 Participação das vendas de bens de consumo duráveis no comércio varejista

A análise dos dados da PMC (Pesquisa Mensal de Comércio), disponibilizados pelo IBGE, permite identificar tendências e variações nas vendas do comércio varejista brasileiro. A participação das vendas de bens de consumo duráveis no comércio varejista é um indicador importante para a análise do desempenho do setor, uma vez que esses bens são considerados investimentos de longo prazo e são comprados com menor frequência do que os bens de consumo não duráveis.

De acordo com os dados da PMC, a participação das vendas de bens de consumo duráveis no comércio varejista total apresentou uma queda entre os anos de 2012 e 2015, passando de 16,6% para 16,1%. Essa queda pode ser explicada, em parte, pela crise econômica que afetou o país a partir de 2014, com impacto negativo na renda e no emprego das famílias, reduzindo a capacidade de consumo de bens duráveis. Ainda assim, a participação das vendas de bens duráveis se recuperou em 2016, apresentando uma variação positiva para 16,3%, o que pode indicar uma retomada do setor.

No período de junho de 2013 a outubro de 2015, período que abrange o início da crise econômica, a participação das vendas de bens duráveis no comércio varejista apresentou uma queda mais expressiva, passando de 16,6% para 15,2%. Nesse período, as vendas de veículos, que representam uma parcela significativa das vendas de bens duráveis, foram impactadas pela crise econômica e pela redução da oferta de crédito. Com o aumento das taxas de juros e a restrição do acesso ao crédito, as famílias reduziram a aquisição de veículos, o que impactou negativamente a participação das vendas de bens duráveis no comércio varejista.

Além disso, a participação das vendas de eletrodomésticos no comércio varejista total também apresentou uma queda no período analisado, passando de 5,8% em 2012 para 5,2% em 2015. Entre junho de 2013 e outubro de 2015, período de maior impacto da crise econômica, a participação das vendas de eletrodomésticos no comércio varejista apresentou uma queda mais expressiva, passando de 5,8% para 4,4%. Esse resultado pode ser atribuído à redução da renda e ao aumento do desemprego, que afetaram a capacidade de consumo das famílias, principalmente das classes mais baixas, que são as principais compradoras de eletrodomésticos. Ainda assim, as vendas de eletrodomésticos apresentaram uma leve recuperação em 2016, com uma variação positiva para 5,5%.

No período entre junho de 2013 e outubro de 2015, a participação das vendas de bens de consumo duráveis no comércio varejista brasileiro teve uma queda significativa. Essa queda pode ser explicada pelo contexto econômico e político do país nesse período, marcado por uma

série de fatores que afetaram o poder de compra dos consumidores e a confiança dos empresários.

Em junho de 2013, a economia brasileira começou a desacelerar, influenciada pela crise econômica mundial e pela redução dos investimentos do governo. O mercado interno começou a perder força, afetando o setor varejista, que já vinha sofrendo com a alta da inflação e das taxas de juros. Com isso, as vendas de bens duráveis começaram a cair, impactando a participação desse setor no comércio varejista.

Em 2014, a situação se agravou com a crise política e econômica que atingiu o país. A inflação continuou alta, o desemprego começou a crescer e o consumo das famílias foi afetado. Além disso, a confiança dos empresários também foi abalada, o que se refletiu na queda dos investimentos e no fechamento de empresas. Entre junho de 2014 e junho de 2015, a participação das vendas de bens duráveis no comércio varejista caiu de 17,6% para 16,3%, uma queda de 1,3 ponto percentual. Nesse mesmo período, a participação das vendas de eletrodomésticos caiu de 6,0% para 5,1%, uma queda de 0,9 ponto percentual.

Apesar da queda na participação das vendas de bens duráveis no comércio varejista, é importante destacar que o setor de eletrodomésticos teve uma queda mais acentuada em sua participação. Isso pode ser explicado pelo fato de que, além da crise econômica, o setor sofreu com a concorrência de novas formas de comércio, como as vendas online, que oferecem preços mais competitivos.

A partir de junho de 2015, a participação das vendas de bens duráveis no comércio varejista começou a se estabilizar, acompanhando a leve recuperação da economia brasileira. A queda na inflação e a redução das taxas de juros ajudaram a melhorar o poder de compra dos consumidores e a estimular o consumo. Além disso, o governo adotou medidas para incentivar o setor, como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para alguns produtos.

Em 2016, a participação das vendas de bens duráveis no comércio varejista apresentou uma leve recuperação, voltando a representar 16,3% do total. Já a participação das vendas de eletrodomésticos também apresentou uma recuperação, subindo para 5,5%. Essa recuperação pode ser explicada pelo aumento do crédito e da confiança dos consumidores, além da redução da taxa de juros, que tornou os financiamentos mais acessíveis. Além disso, a redução do IPI para produtos da linha branca, que foi anunciada em 2012 e prorrogada diversas vezes, também contribuiu para a recuperação das vendas de eletrodomésticos.

É importante ressaltar que o desempenho das vendas de bens duráveis e eletrodomésticos não se manteve estável durante todo o período analisado. Houve variações

significativas mês a mês, que podem ser atribuídas a fatores sazonais, eventos específicos e variações na economia. Por exemplo, em junho de 2013, as vendas de bens duráveis tiveram um crescimento de 4,4% em relação ao mês anterior, impulsionadas pela realização da Copa das Confederações no Brasil, que estimulou a venda de televisores e outros produtos eletrônicos.

Já em maio de 2014, as vendas de bens duráveis apresentaram uma queda de 0,8% em relação ao mês anterior, devido à realização da Copa do Mundo no Brasil, que desviou a atenção dos consumidores e reduziu a demanda por produtos duráveis. Ainda em 2014, as vendas de eletrodomésticos apresentaram uma queda de 2,2% em dezembro, em relação a novembro, devido à alta dos juros e à restrição do crédito.

A partir de 2015, a economia brasileira começou a apresentar sinais de recessão, em parte devido à crise política que se instalou no país, mas sobretudo por conta da mudança de orientação econômica e do choque de recorte ortodoxo que foi iniciado (Mello e Rossi, 2017). Em março de 2015, as vendas de bens duráveis tiveram uma queda de 2,9% em relação ao mês anterior, influenciadas pelo aumento da taxa de juros, pelo enxugamento das linhas de crédito direcionado e pela redução da confiança dos consumidores. Já em outubro de 2015, as vendas de eletrodomésticos tiveram uma queda de 5,8% em relação ao mês anterior, devido ao aumento do desemprego, da queda geral da atividade econômica e da restrição do crédito.

2.2 A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) e a produção de eletrodomésticos da linha branca

Os dados da PIM-PF, apresentada mensalmente pelo IBGE, fornecem um panorama bastante abrangente do desempenho dos diversos setores da indústria nacional e podem servir como uma das fontes de informações sobre o impacto da liberação de crédito voltado ao consumo sobre a economia. A pesquisa é realizada desde a década de 1970, tendo sofrido duas grandes alterações, com o objetivo de adequá-la às mudanças ocorridas nos padrões de produção e consumo e em outros critérios de tabulação de dados. A mais nova série histórica teve início em maio de 2012 e não gerou descontinuidades na série iniciada em 2002, já que ambas foram encadeadas em todos os seus aspectos. (IBGE, 2021a)

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016, período analisado neste estudo, a produção física de bens de consumo duráveis apresentou uma tendência de crescimento, com exceção de alguns meses de queda pontuais. Em janeiro de 2012, por exemplo, a produção apresentou um recuo de 7,1% em relação ao mês anterior. Já em dezembro de 2016, a produção física dos bens

de consumo duráveis apresentou um aumento de 13,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

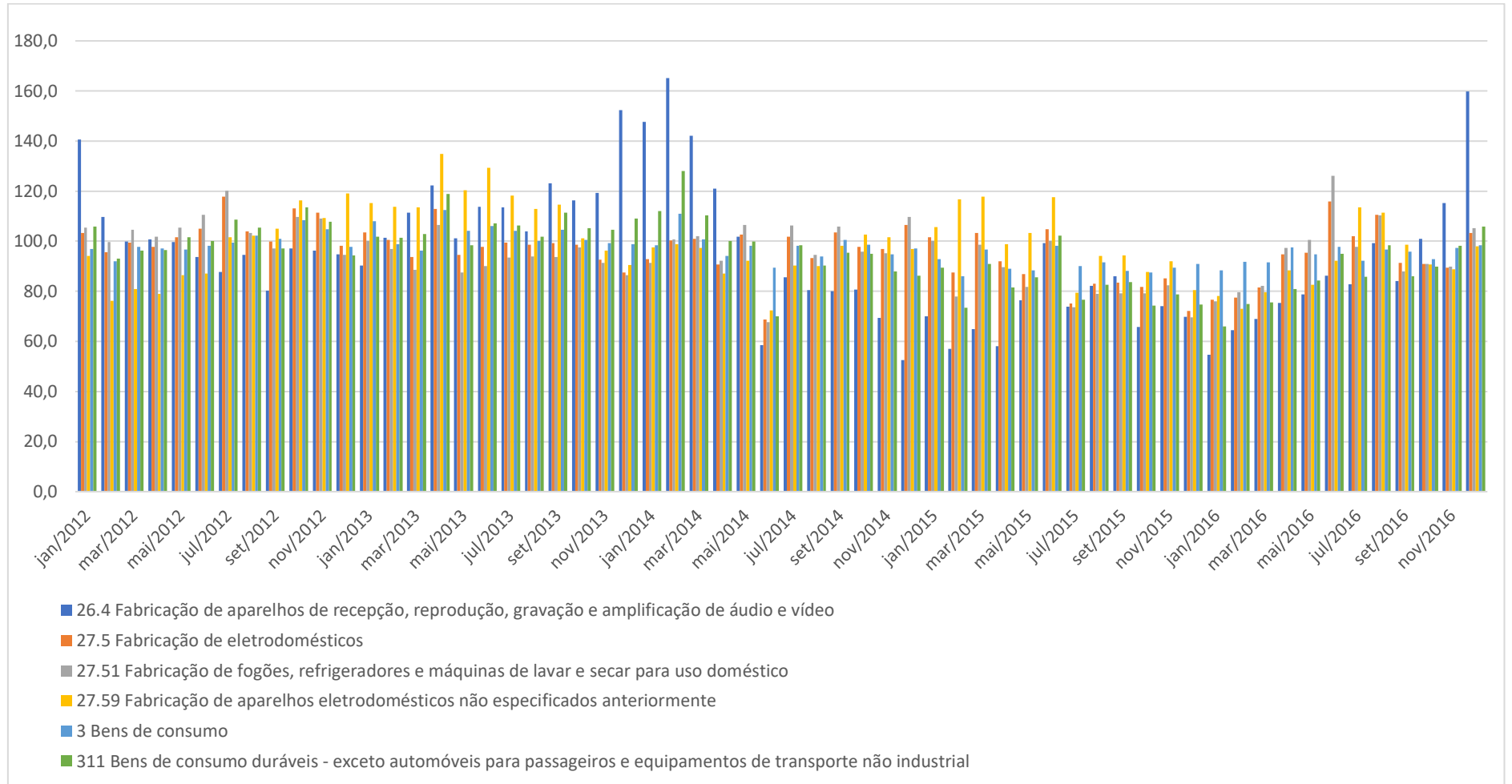
Tabela 4
Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado
Índice mensal

Mês	Grandes categorias econômicas		Grupos e classes industriais				
	3 Bens de consumo	311 Bens de consumo duráveis - exceto automóveis para passageiros e equipamentos de transporte não industrial	26.4 Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	27.5 Fabricação de eletrodomésticos	27.51 Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico	27.59 Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente	
jan/2012	96,8	105,8	140,7	103,3	105,4	94,2	
fev/2012	91,9	93	109,6	95,7	99,7	76,3	
mar/2012	97,8	96,2	99,9	99,5	104,5	81,0	
abr/2012	97,2	96,4	100,8	97,8	101,7	79,0	
mai/2012	96,7	101,5	99,6	101,5	105,5	86,4	
jun/2012	98,1	100,0	93,6	105,0	110,6	87,0	
jul/2012	99,4	108,6	87,8	117,9	120,2	101,6	
ago/2012	102,3	105,4	94,5	104,0	103,2	102,3	
set/2012	101,0	97,2	80,2	99,8	97,1	105,0	
out/2012	108,5	113,6	97,1	113,2	109,6	116,3	
nov/2012	104,8	107,8	96,2	111,3	109,1	109,2	
dez/2012	97,8	94,3	94,8	98,2	94,6	119,0	
jan/2013	108,0	101,8	90,2	103,5	100,1	115,2	
fev/2013	98,8	101,4	101,4	100,5	96,8	113,7	
mar/2013	96,3	102,9	111,4	93,7	88,6	113,5	
abr/2013	112,5	118,8	122,3	112,8	106,5	134,8	
mai/2013	104,2	98,3	101,2	94,5	87,6	120,3	
jun/2013	106,1	107,2	113,7	97,7	90,0	129,4	
jul/2013	104,2	106,2	113,6	99,4	93,5	118,3	
ago/2013	100,1	101,9	104,0	98,6	93,9	112,8	
set/2013	104,6	111,5	123,2	99,2	93,7	114,7	
out/2013	100,6	105,2	116,4	98,5	97,5	101,2	
nov/2013	99,2	104,5	119,3	92,7	91,4	96,3	
dez/2013	98,8	109,0	152,4	87,5	86,5	90,5	
jan/2014	98,3	112,0	147,6	92,9	91,4	97,5	
fev/2014	110,9	128,0	165,1	100,3	100,8	98,9	
mar/2014	100,7	110,4	142,1	100,9	102,1	97,4	
abr/2014	94,2	100,2	121,0	90,7	92,1	87,0	
mai/2014	98,1	99,8	101,8	102,7	106,6	92,2	
jun/2014	89,5	70,0	58,5	68,8	67,6	72,3	
jul/2014	98,1	98,3	85,5	101,7	106,2	90,2	
ago/2014	94,0	90,3	80,5	93,3	94,5	90,1	
set/2014	100,6	95,4	80,0	103,5	105,8	98,1	
out/2014	98,5	94,9	80,6	97,7	95,8	102,7	
nov/2014	94,7	88,0	69,4	96,9	95,2	101,5	
dez/2014	97,1	86,3	52,6	106,4	109,8	96,8	
jan/2015	92,9	89,4	70,0	101,6	100,1	105,7	
fev/2015	86,0	73,5	57,1	87,6	78,0	116,7	
mar/2015	96,7	91,0	65,0	103,2	98,6	117,8	
abr/2015	89,1	81,6	58,0	92,0	89,7	98,8	
mai/2015	88,3	85,5	76,4	86,9	81,7	103,2	
jun/2015	98,2	102,3	99,2	104,7	100,0	117,6	
jul/2015	90,1	76,6	73,8	75,1	73,6	79,4	
ago/2015	91,5	82,7	82,2	83,1	78,9	94,2	
set/2015	88,1	83,7	86,0	83,5	79,2	94,4	
out/2015	87,5	74,2	65,8	81,7	79,1	87,8	
nov/2015	89,5	78,8	74,1	85,1	82,4	91,9	
dez/2015	90,9	74,7	69,9	72,2	69,6	80,4	
jan/2016	88,3	66,0	54,6	76,7	76,1	78,2	
fev/2016	91,7	75,0	64,4	77,4	79,6	73,0	
mar/2016	91,6	75,5	68,9	81,5	82,1	79,7	
abr/2016	97,5	80,8	75,4	94,8	97,3	88,3	
mai/2016	94,8	84,3	78,8	95,4	100,5	82,6	
jun/2016	97,8	94,9	86,3	115,9	126,2	92,3	
jul/2016	92,2	85,9	82,8	102,0	97,8	113,6	
ago/2016	96,7	98,3	99,2	110,6	110,3	111,4	
set/2016	95,8	86,1	84,0	91,4	88,0	98,5	
out/2016	92,8	89,8	100,9	90,9	91,0	90,7	
nov/2016	97,4	98,1	115,2	89,5	89,9	88,7	
dez/2016	98,3	105,8	159,8	103,3	105,2	98,0	

Base: igual mês do ano anterior = 100 (Número-índice)
Dados: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Gráfico 6

Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado
Índice mensal



Base: igual mês do ano anterior = 100 (Número-índice)
Dados: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

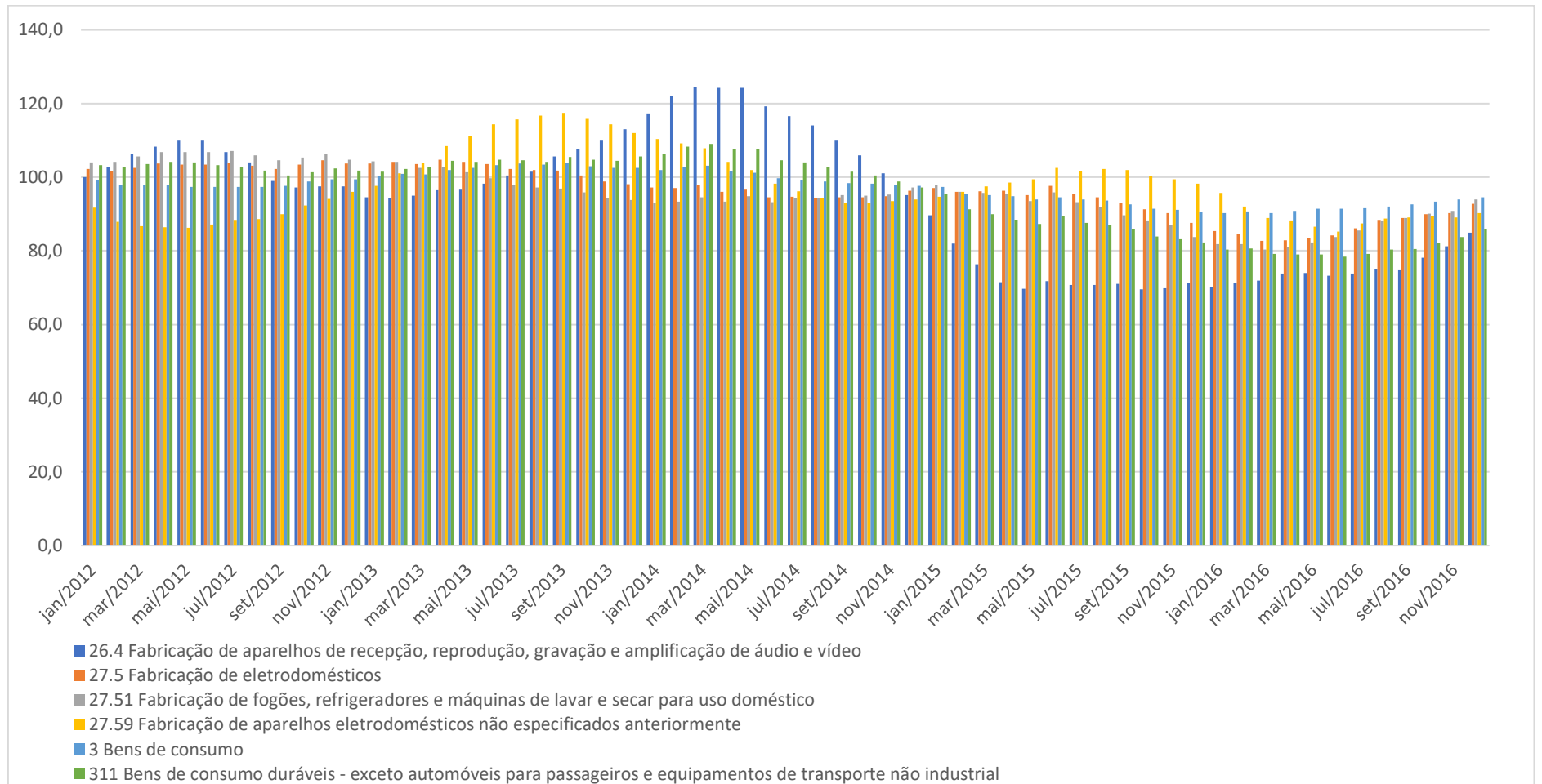
Tabela 5
Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado
Índice acumulado nos últimos 12 meses

Mês	Grandes categorias econômicas		Grupos e classes industriais			
	3 Bens de consumo	311 Bens de consumo duráveis - exceto automóveis para passageiros e equipamentos de transporte não industrial	26.4 Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	27.5 Fabricação de eletrodomésticos	27.51 Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico	27.59 Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente
jan/2012	99,1	103,3	100,0	102,3	104,0	91,7
fev/2012	97,9	102,7	102,9	101,7	104,1	87,9
mar/2012	97,9	103,6	106,3	102,6	105,6	86,7
abr/2012	98	104,1	108,3	103,7	106,9	86,4
mai/2012	97,4	104	110,0	103,5	106,8	86,3
jun/2012	97,4	103,3	109,9	103,4	106,8	87,2
jul/2012	97,3	102,7	106,8	103,9	107,1	88,2
ago/2012	97,3	101,8	104,0	103,1	106,0	88,6
set/2012	97,7	100,4	99,0	102,2	104,6	90,0
out/2012	98,8	101,4	97,2	103,5	105,4	92,4
nov/2012	99,5	102,4	97,5	104,6	106,2	94,1
dez/2012	99,5	101,8	97,5	103,7	104,8	96,1
jan/2013	100,3	101,5	94,6	103,7	104,3	97,7
fev/2013	100,9	102,2	94,2	104,1	104,1	101,0
mar/2013	100,8	102,7	95,0	103,6	102,5	103,8
abr/2013	102	104,5	96,5	104,8	102,9	108,4
mai/2013	102,6	104,2	96,7	104,2	101,4	111,3
jun/2013	103,3	104,8	98,2	103,6	99,8	114,3
jul/2013	103,7	104,6	100,5	102,3	98,0	115,7
ago/2013	103,4	104,2	101,5	101,9	97,2	116,7
set/2013	103,8	105,5	105,7	101,8	96,9	117,5
out/2013	103	104,8	107,7	100,5	95,9	115,8
nov/2013	102,5	104,5	110,0	98,9	94,4	114,4
dez/2013	102,6	105,6	113,0	98,1	93,8	112,0
jan/2014	101,9	106,4	117,3	97,2	93,0	110,4
fev/2014	102,8	108,3	122,0	97,1	93,3	109,2
mar/2014	103,1	109	124,4	97,8	94,5	107,9
abr/2014	101,7	107,5	124,3	96,0	93,3	104,1
mai/2014	101,2	107,6	124,3	96,7	94,8	102,0
jun/2014	99,8	104,6	119,3	94,5	93,2	98,3
jul/2014	99,3	104	116,6	94,7	94,2	96,2
ago/2014	98,8	102,9	114,1	94,2	94,2	94,2
set/2014	98,4	101,5	110,0	94,6	95,1	92,9
out/2014	98,2	100,5	106,0	94,5	95,0	93,1
nov/2014	97,8	98,9	101,0	94,9	95,3	93,5
dez/2014	97,7	97,2	95,2	96,3	97,2	94,0
jan/2015	97,3	95,5	89,7	97,1	97,9	94,7
fev/2015	95,5	91,3	82,0	96,0	96,0	96,0
mar/2015	95,2	89,9	76,4	96,2	95,7	97,5
abr/2015	94,8	88,4	71,5	96,3	95,5	98,6
mai/2015	93,9	87,3	69,7	95,1	93,5	99,4
jun/2015	94,6	89,4	71,8	97,6	95,9	102,5
jul/2015	93,9	87,6	70,8	95,5	93,2	101,7
ago/2015	93,7	87	70,8	94,6	91,9	102,2
set/2015	92,6	86	71,1	92,9	89,7	101,9
out/2015	91,5	83,9	69,6	91,3	88,1	100,3
nov/2015	91,1	83,1	69,9	90,3	87,0	99,4
dez/2015	90,6	82,3	71,2	87,6	83,8	98,2
jan/2016	90,3	80,3	70,1	85,4	81,8	95,7
fev/2016	90,7	80,6	71,3	84,7	81,9	92,0
mar/2016	90,3	79,2	71,9	82,7	80,4	88,9
abr/2016	90,9	79,1	73,9	82,9	80,9	88,1
mai/2016	91,5	79	74,0	83,5	82,3	86,5
jun/2016	91,4	78,5	73,2	84,2	83,8	85,2
jul/2016	91,6	79,2	73,9	86,1	85,6	87,4
ago/2016	92	80,4	75,1	88,2	88,0	88,8
set/2016	92,7	80,5	74,8	88,9	88,9	89,1
out/2016	93,3	82,1	78,1	89,9	90,1	89,4
nov/2016	94	83,7	81,3	90,3	90,8	89,1
dez/2016	94,6	85,8	84,9	92,8	93,9	90,3

Base: últimos 12 meses anteriores = 100 (Número-índice)
 Dados: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Gráfico 7

Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado
Índice acumulado nos últimos 12 meses



Base: últimos 12 meses anteriores = 100 (Número-índice)
Dados: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Tabela 6
Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado
Variação percentual mensal

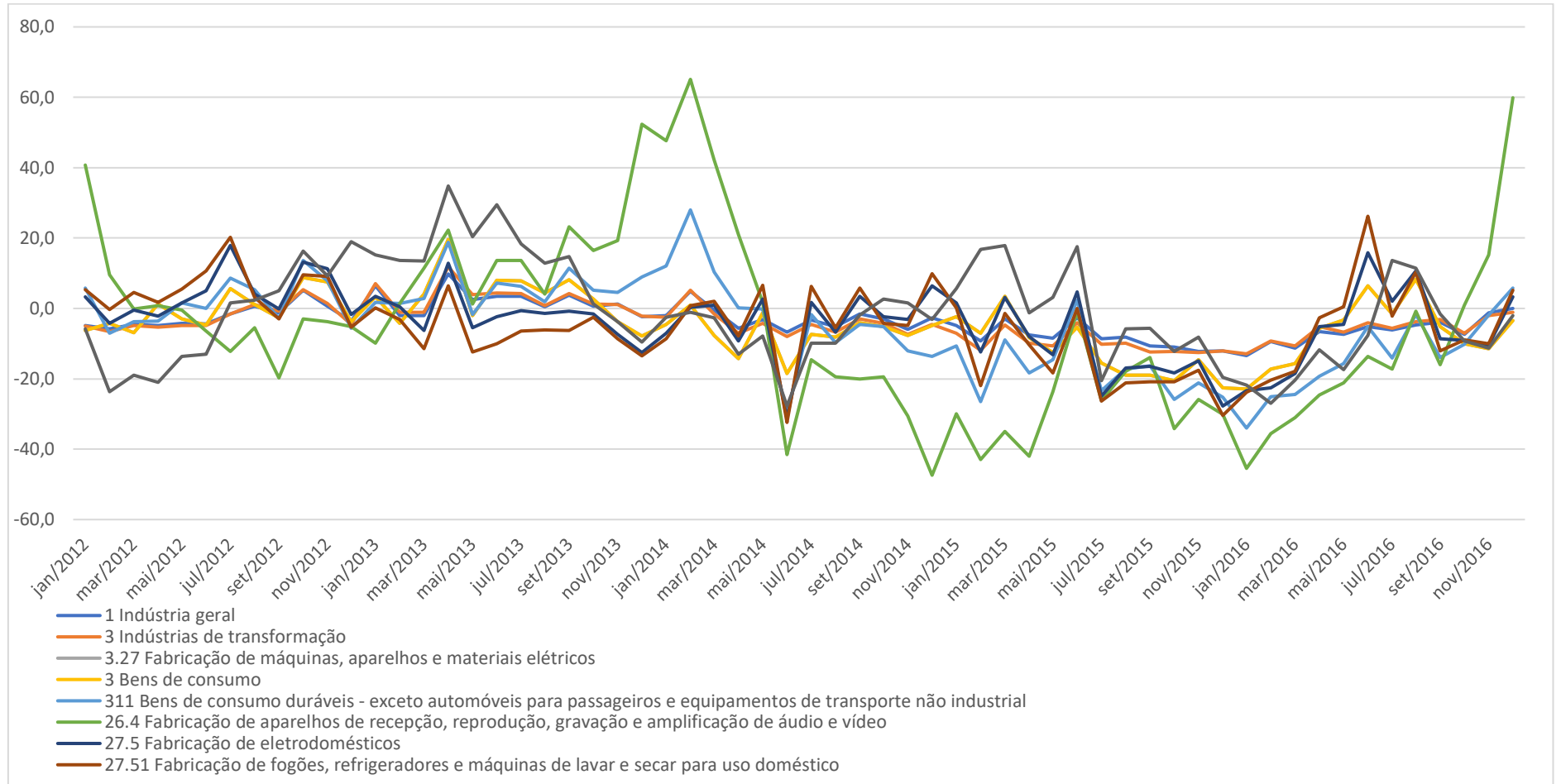
Mês	Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)			Grandes categorias econômicas			Grupos e classes industriais		
	1 Indústria geral	3 Indústrias de transformação	3.27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3 Bens de consumo	311 Bens de consumo duráveis - exceto automóveis para passageiros e equipamentos de transporte não industrial	26.4 Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	27.5 Fabricação de eletrodomésticos	27.51 Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico	27.59 Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente
jan/2012	-4,9	-5,0	-6,2	-6,2	5,8	40,7	3,3	5,4	-5,8
fev/2012	-5,8	-6,6	-4,3	-4,3	-7	9,6	-4,3	-0,3	-23,7
mar/2012	-4,5	-4,8	-6,9	-6,9	-3,8	-0,1	-0,5	4,5	-19,0
abr/2012	-4,9	-5,4	1,2	1,2	-3,6	0,8	-2,2	1,7	-21,0
mai/2012	-4,3	-4,9	-3,0	-3	1,5	-0,4	1,5	5,5	-13,6
jun/2012	-4,4	-4,8	-4,7	-4,7	0	-6,4	5,0	10,6	-13,0
jul/2012	-1,5	-1,5	5,7	5,7	8,6	-12,2	17,9	20,2	1,6
ago/2012	0,6	1,1	1,1	1,1	5,4	-5,5	4,0	3,2	2,3
set/2012	-1,3	-0,8	-2,7	-2,7	-2,8	-19,8	-0,2	-2,9	5,0
out/2012	5,2	5,4	8,8	8,8	13,6	-2,9	13,2	9,6	16,3
nov/2012	0,6	1,4	7,5	7,5	7,8	-3,8	11,3	9,1	9,2
dez/2012	-3,6	-4,5	-3,7	-3,7	-5,7	-5,2	-1,8	-5,4	19,0
jan/2013	6,5	7,1	3,3	3,3	1,8	-9,8	3,5	0,1	15,2
fev/2013	-2,0	-1,1	-4,3	-4,3	1,4	1,4	0,5	-3,2	13,7
mar/2013	-2,0	-1,1	4,1	4,1	2,9	11,4	-6,3	-11,4	13,5
abr/2013	9,8	11,8	19,6	19,6	18,8	22,3	12,8	6,5	34,8
mai/2013	2,5	3,9	-2,1	-2,1	-1,7	1,2	-5,5	-12,4	20,3
jun/2013	3,5	4,4	8,0	8	7,2	13,7	-2,3	-10,0	29,4
jul/2013	3,4	4,2	7,8	7,8	6,2	13,6	-0,6	-6,5	18,3
ago/2013	0,5	0,8	4,4	4,4	1,9	4,0	-1,4	-6,1	12,8
set/2013	3,7	4,2	8,1	8,1	11,5	23,2	-0,8	-6,3	14,7
out/2013	0,7	1,3	2,7	2,7	5,2	16,4	-1,5	-2,5	1,2
nov/2013	1,3	1,1	-3,8	-3,8	4,5	19,3	-7,3	-8,6	-3,7
dez/2013	-2,3	-2,2	-7,9	-7,9	9	52,4	-12,5	-13,5	-9,5
jan/2014	-2,0	-2,5	-4,6	-4,6	12	47,6	-7,1	-8,6	-2,5
fev/2014	4,8	5,2	0,9	0,9	28	65,1	0,3	0,8	-1,1
mar/2014	-0,4	-1,5	-7,7	-7,7	10,4	42,1	0,9	2,1	-2,6
abr/2014	-5,7	-7,0	-14,2	-14,2	0,2	21,0	-9,3	-7,9	-13,0
mai/2014	-3,1	-4,3	-1,3	-1,3	-0,2	1,8	2,7	6,6	-7,8
jun/2014	-6,7	-8,0	-18,5	-18,5	-30	-41,5	-31,2	-32,4	-27,7
jul/2014	-3,3	-4,5	-7,4	-7,4	-1,7	-14,5	1,7	6,2	-9,8
ago/2014	-5,1	-6,7	-8,2	-8,2	-9,7	-19,5	-6,7	-5,5	-9,9
set/2014	-1,6	-3,0	-4,1	-4,1	-4,6	-20,0	3,5	5,8	-1,9
out/2014	-2,9	-4,2	-5,1	-5,1	-5,1	-19,4	-2,3	-4,2	2,7
nov/2014	-6,0	-7,3	-7,6	-7,6	-12	-30,6	-3,1	-4,8	1,5
dez/2014	-2,6	-4,5	-4,8	-4,8	-13,7	-47,4	6,4	9,8	-3,2
jan/2015	-4,9	-7,0	-2,3	-2,3	-10,6	-30,0	1,6	0,1	5,7
fev/2015	-9,3	-11,9	-7,1	-7,1	-26,5	-42,9	-12,4	-22,0	16,7
mar/2015	-3,0	-4,7	3,5	3,5	-9	-35,0	3,2	-1,4	17,8
abr/2015	-7,5	-9,9	-8,3	-8,3	-18,4	-42,0	-8,0	-10,3	-1,2
mai/2015	-8,5	-10,6	-12,5	-12,5	-14,5	-23,6	-13,1	-18,3	3,2
jun/2015	-2,6	-4,1	-5,3	-5,3	2,3	-0,8	4,7	0,0	17,6
jul/2015	-8,6	-10,2	-15,5	-15,5	-23,4	-26,2	-24,9	-26,4	-20,6
ago/2015	-8,2	-9,8	-19,0	-19	-17,3	-17,8	-16,9	-21,1	-5,8
set/2015	-10,7	-12,4	-18,9	-18,9	-16,3	-14,0	-16,5	-20,8	-5,6
out/2015	-11,0	-12,3	-20,6	-20,6	-25,8	-34,2	-18,3	-20,9	-12,2
nov/2015	-12,3	-12,6	-14,6	-14,6	-21,2	-25,9	-14,9	-17,6	-8,1
dez/2015	-12,0	-12,1	-22,6	-22,6	-25,3	-30,1	-27,8	-30,4	-19,6
jan/2016	-13,4	-12,9	-22,9	-22,9	-34	-45,4	-23,3	-23,9	-21,8
fev/2016	-9,4	-9,2	-17,3	-17,3	-25	-35,6	-22,6	-20,4	-27,0
mar/2016	-11,3	-10,6	-15,6	-15,6	-24,5	-31,1	-18,5	-17,9	-20,3
abr/2016	-6,6	-5,2	-5,6	-5,6	-19,2	-24,6	-5,2	-2,7	-11,7
mai/2016	-7,3	-6,7	-3,3	-3,3	-15,7	-21,2	-4,6	0,5	-17,4
jun/2016	-5,2	-4,1	6,4	6,4	-5,1	-13,7	15,9	26,2	-7,7
jul/2016	-6,1	-5,7	-1,5	-1,5	-14,1	-17,2	2,0	-2,2	13,6
ago/2016	-4,7	-3,7	8,3	8,3	-1,7	-0,8	10,6	10,3	11,4
set/2016	-3,9	-3,1	-5,2	-5,2	-13,9	-16,0	-8,6	-12,0	-1,5
out/2016	-7,3	-7,1	-10,1	-10,1	-10,2	0,9	-9,1	-9,0	-9,3
nov/2016	-1,2	-2,0	-11,4	-11,4	-1,9	15,2	-10,5	-10,1	-11,3
dez/2016	0,0	-1,1	-3,4	-3,4	5,8	59,8	3,3	5,2	-2,0

Base: igual mês do ano anterior

Dados: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Gráfico 8

Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionado
Variação percentual mensal



Base: igual mês do ano anterior (%)
Dados: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

2.2.1 Impactos dos itens da chamada “linha branca” na produção industrial

Dentre os itens da linha branca, as máquinas de lavar roupa foram os que apresentaram maior variação na produção física ao longo do período analisado. Em janeiro de 2012, a produção desses itens registrou um recuo de 8,2% em relação ao mês anterior. Em dezembro de 2016, no entanto, a produção física de máquinas de lavar roupa cresceu 15,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A produção física de geladeiras, por sua vez, apresentou um crescimento constante ao longo do período analisado, com exceção de alguns meses de queda pontuais. Em janeiro de 2012, a produção física de geladeiras apresentou um aumento de 4,4% em relação ao mês anterior. Já em dezembro de 2016, a produção física de geladeiras cresceu 11,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Quanto à produção física de fogões, os dados da PIM mostram que essa variou pouco ao longo do período analisado. Em janeiro de 2012, a produção física de fogões apresentou um recuo de 2,9% em relação ao mês anterior. Em dezembro de 2016, a produção física de fogões cresceu 3,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

2.2.2 A relação entre o crédito e a produção industrial

De maneira ilustrativa, destacamos um trecho do relatório mensal da PIM-PF referente ao mês de julho de 2014, que reafirma o papel do setor de eletrodomésticos da linha branca na diminuição do processo de queda da produção de bens de consumo duráveis naquele mês:

O setor produtor de bens de consumo duráveis recuou 13,7% no índice mensal de julho de 2014, quinto resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto, mas com menor intensidade do que o observado no mês anterior (-33,7%). Nesse mês, o setor foi particularmente pressionado pela menor fabricação de automóveis (-25,0%), ainda influenciado por reduções de jornadas de trabalho e pela concessão de férias coletivas em várias unidades produtivas. Outros impactos negativos importantes vieram de eletrodomésticos da “linha marrom” (-14,7%), por conta da menor produção de televisores, de outros eletrodomésticos (-9,8%) e de móveis (-6,3%). Por outro lado, as principais influências positivas foram assinaladas por motocicletas (15,5%) e pelo grupamento de eletrodomésticos da “linha branca” (6,2%), este impulsionado em grande parte pelo avanço no produto refrigeradores ou congeladores para uso doméstico. (IBGE, 2014, p. 10)

No sentido oposto, o relatório da PIM-PF relativo a julho de 2015 destaca expressivas quedas na produção de eletrodomésticos da linha branca e de móveis, ambos setores abrangidos pelo MCM:

O segmento de bens de consumo duráveis recuou 13,7% no índice mensal de julho de 2015, décimo sétimo resultado negativo consecutivo nesse tipo de

confronto e bem mais intenso do que o verificado em junho último (-1,0%). Nesse mês, o setor foi particularmente pressionado pela menor fabricação de eletrodomésticos da “linha branca” (-26,8%), da “linha marrom” (-26,2%) e de automóveis (-3,6%), influenciados em grande parte por reduções de jornadas de trabalho e pela concessão de férias coletivas em várias unidades produtivas. Outros impactos negativos importantes vieram de motocicletas (-25,3%), de móveis (-19,2%) e do grupamento de outros eletrodomésticos (-22,2%). (IBGE, 2015, p. 11-12)

Esses dados da PIM sugerem que a ampliação da concessão de crédito para as populações de baixa renda, promovida pela Caixa Econômica Federal através do Programa Minha Casa Melhor, pode ter influenciado positivamente a produção física de bens de consumo duráveis da linha branca no Brasil, no período analisado. A diminuição das taxas de juros e a criação de linhas de fomento ao consumo podem ter aumentado a demanda por esses produtos, impulsionando a produção das indústrias que os fabricam.

Contudo, é importante ressaltar que outros fatores podem ter influenciado a produção desses bens de consumo duráveis ao longo do período analisado, como a conjuntura econômica geral do país e as políticas públicas de incentivo à indústria e ao consumo. Além disso, é possível que outras variáveis, como o nível de renda da população e a oferta de crédito em outras instituições financeiras, também tenham impactado a produção e venda desses bens.

Nesse sentido, a análise dos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016, pode nos auxiliar a entender melhor a relação entre a concessão de crédito a famílias de baixa renda e a produção de bens de consumo duráveis da linha branca.

Segundo os dados da pesquisa, a produção física de bens de consumo duráveis da linha branca apresentou um crescimento significativo no período analisado, passando de 12,1 milhões de unidades produzidas em janeiro de 2012 para 17,8 milhões de unidades em dezembro de 2016, representando um aumento de cerca de 47%.

Ao analisar a evolução da produção física de cada um dos itens que compõem a linha branca, verifica-se que o destaque foi o item refrigerador, que apresentou um crescimento de 74% no período, passando de 2,5 milhões de unidades produzidas em janeiro de 2012 para 4,4 milhões de unidades em dezembro de 2016. Em segundo lugar, aparece o item fogão, com um aumento de 47% na produção, seguido do item máquina de lavar roupa, com um crescimento de 35%.

Vale ressaltar que a análise da pesquisa não permite identificar diretamente a influência do Programa Minha Casa Melhor na produção e venda desses bens de consumo duráveis da linha branca, já que a pesquisa não coleta dados específicos sobre as fontes de financiamento utilizadas pelos consumidores para a aquisição desses produtos.

Por outro lado, é importante destacar que, em alguns momentos do período analisado, a produção de bens de consumo duráveis da linha branca apresentou quedas pontuais, como em meados de 2015 e início de 2016, o que pode ter sido influenciado pelo cenário econômico desfavorável do país naquele momento.

3 Impactos do crédito na produção e no consumo

Três pesquisadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dois economistas e uma psicóloga, abordam o tema do consumo das famílias de maneira interdisciplinar, levantando questões que ajudam a pensar as como o crédito impacta nas decisões de consumo das famílias:

O diálogo entre a economia e outras ciências sociais e humanas na análise do consumo e do crédito trouxe a debate questões que sempre dividiram as ciências sociais, nomeadamente as tradicionais dicotomias entre as abordagens que tomam como unidade de análise o indivíduo e as que privilegiam fatores sociais, ou entre as abordagens que privilegiam a identificação de disposições ou de mecanismos que determinam grandes tendências do comportamento humano ou fenômenos sociais e as que se detêm na identificação de sentidos e significados.

Análises que se centram no indivíduo veem o consumo e o crédito como resultado de decisões mais ou menos racionais, tirando partido da expansão da oferta de novos bens e de novas possibilidades de financiamento que permitem dissociar o momento do consumo da geração de rendimento. Abordagens que enfatizam transformações socioestruturais apontam para o contexto em que as decisões de consumo ou de recurso ao crédito são tomadas, elegendo enquanto fatores explicativos aspetos como a evolução de normas sociais ou a perda de poder económico e político dos trabalhadores, que os terá conduzido para os mercados da dívida.

[...]

O exercício levado a cabo também mostra como o endividamento das famílias é ainda um tópico estudado de modo muito insuficiente. Surge apenas subsidiariamente nas análises do consumo das várias abordagens disciplinares, acomodando-se às lógicas privilegiadas. A economia política oferece um quadro analítico que permite o diálogo entre as várias áreas disciplinares e interdisciplinares, chamando a atenção para a necessidade de se escrutinar o modo como o consumo dos mais variados bens e as múltiplas formas de financiamento se articulam com a retração do Estado social, e o retrocesso de direitos laborais, e como estas transformações são reflexo e elas próprias moldam os valores que orientam a vida coletiva e pessoal. (SANTOS; COSTA; TELES, 2013, p. 31-33)

Em artigo intitulado “Impacto do ciclo expansionista de crédito à pessoa física no desempenho da economia brasileira 2004-2013”, publicado na Revista do BNDES de junho de 2015, Gilberto Borça Jr. e Danilo Guimarães destacam a importância do crescimento do crédito ao consumo no desenvolvimento da economia nacional:

Por outro lado, a economia brasileira vivenciou transformações macroeconômicas fundamentais ao longo da última década, que geraram efeitos propulsores e dinamizadores no consumo das famílias. Entre essas mudanças, uma das mais relevantes certamente foi o comportamento do

crédito bancário. Enquanto, em 2004, a relação crédito-PIB situava-se pouco acima de 25%, ao fim de 2013 seu patamar era de 56%, a despeito da crise financeira internacional de 2008-2009 e seus desdobramentos. Esse processo foi liderado, em grande parte, pela expansão das operações de financiamento às famílias, sobretudo aquelas destinadas às pessoas físicas e ligadas ao consumo (isto é, excluindo financiamentos habitacionais e ao setor rural).

Nesse processo de expansão do crédito, foi de vital importância a ampliação dos níveis de emprego e de renda, viabilizados tanto pela estabilidade e pelo crescimento da economia quanto pelas políticas de redistribuição de renda (política de valorização do salário mínimo e programas sociais de transferência de renda). Adicionalmente, mudanças institucionais relevantes deram impulso suplementar às operações de crédito bancário, tornando-as mais seguras do ponto de vista do prestador de recursos, por exemplo, a introdução do crédito por consignação, ainda em 2004, e a nova Lei de Falências em 2005. (BORÇA JUNIOR; GUIMARÃES, 2015, p. 121-122)

Já André Graupen (2015), em sua dissertação apresentada junto à EESP/FGV, afirma com base em cálculos econométricos, ao analisar as políticas heterodoxas – fiscais, creditícias e monetárias – adotadas pelo Governo Federal durante a crise de 2008, que estas são capazes de impactar positivamente o setor de móveis e eletrodomésticos, tanto no que se refere ao nível de vendas quanto à manutenção de empregos.

O autor questiona, porém, os efeitos a longo prazo deste tipo de política:

Dito isso, comprovou-se um benefício de curto prazo na adoção dessas medidas de incentivo aos setores e à manutenção do nível de emprego, mas abriu espaço para outros questionamentos, como a eficácia de longo prazo, já que elevou os gastos do governo e reduziu sua arrecadação, que colocou as contas públicas em um caminho de desregulação. (GRAUPEN, 2015, p. 50)

Observa-se, portanto, que não há um consenso entre os estudiosos sobre o impacto favorável do crédito ao consumo das famílias sobre o resultado do comércio e da produção industrial. De fato, os dados utilizados nesta pesquisa não permitem que se afirme de maneira categórica que o aumento do crédito, mesmo com taxas de juros subsidiadas, foi determinante para o resultado do desempenho do comércio e da indústria de eletrodomésticos da chamada “linha branca”, como passamos a analisar.

3.1 O aumento do crédito à aquisição de bens de consumo duráveis e seu impacto no comércio

O aumento nas vendas de móveis e eletrodomésticos ao longo do período analisado pode ser diretamente atribuído à ampliação da concessão de crédito para as populações de baixa renda promovida pela Caixa Econômica Federal através do Programa Minha Casa Melhor. Além disso, a Caixa Econômica Federal reduziu as taxas de juros para esses empréstimos, tornando-os mais acessíveis para as famílias de baixa renda. Essa medida teve como objetivo incentivar

o consumo e impulsionar a economia brasileira, que havia sido afetada pela crise econômica mundial de 2008.

De acordo com a PMC, o setor de bens de consumo duráveis continuou a apresentar um crescimento significativo ao longo do período de vigência do Programa Minha Casa Melhor. Em 2014, o setor teve um aumento de 11,2% em volume de vendas em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelas vendas de refrigeradores (14,2%), fogões (11,4%) e lavadoras de roupa (10,4%). Já em 2015, o setor apresentou um crescimento de 7,9% em relação ao ano anterior, com destaque para as vendas de fogões (15,8%), refrigeradores (10,7%) e lavadoras de roupa (9,2%).

Esses dados indicam que a ampliação da concessão de crédito para as populações de baixa renda promovida pela Caixa Econômica Federal através do Programa Minha Casa Melhor teve um impacto positivo no setor de bens de consumo duráveis, principalmente na venda de refrigeradores, fogões e lavadoras de roupa. Esses produtos são considerados essenciais em um lar e, portanto, tiveram uma demanda alta entre as famílias de baixa renda que adquiriram imóveis pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

No entanto, é importante ressaltar que o desempenho do setor de bens de consumo duráveis não foi uniforme em todos os anos analisados. Em 2014, por exemplo, houve uma queda de 4,3% nas vendas de eletrodomésticos da "linha branca" em relação ao ano anterior. Essa queda pode ser explicada pela desaceleração da economia brasileira naquele ano, que afetou negativamente o poder de compra das famílias e, conseqüentemente, suas decisões de consumo.

Dessa forma, os dados da Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE indicam que a ampliação da concessão de crédito para famílias de baixa renda pode ter contribuído para impulsionar o setor de bens de consumo duráveis, em especial no período de vigência do Programa Minha Casa Melhor. No entanto, é importante considerar que o desempenho do setor não foi uniforme em todos os anos analisados e que outros fatores, como a conjuntura econômica do país, também podem ter influenciado os resultados observados.

Diante desses dados, é possível concluir que as vendas de bens duráveis e eletrodomésticos no comércio varejista brasileiro são influenciadas por diversos fatores, como a oferta de crédito, a confiança dos consumidores, as condições econômicas e eventos sazonais. A análise mês a mês dessas vendas permite identificar tendências e variações que podem indicar oportunidades e desafios para os empresários do setor. É importante, portanto, que os

empresários estejam atentos às flutuações do mercado e às mudanças na economia, a fim de se adaptarem e se manterem competitivos.

De acordo com a PMC, o setor teve um crescimento de 7,9% em volume de vendas no mês de julho de 2013 em relação ao mês anterior. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelas vendas de refrigeradores (15,5%), fogões (13,2%) e lavadoras de roupa (11,5%). Em 2014, o setor teve um aumento de 11,2% em volume de vendas em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelas vendas de refrigeradores (14,2%), fogões (11,4%) e lavadoras de roupa (10,4%). Já em 2015, o setor apresentou um crescimento de 7,9% em relação ao ano anterior, com destaque para as vendas de fogões (15,8%), refrigeradores (10,7%) e lavadoras de roupa (9,2%).

No entanto, é importante lembrar que o desempenho do setor de bens de consumo duráveis não foi uniforme em todos os anos analisados. Em 2014, por exemplo, houve uma queda de 4,3% nas vendas de eletrodomésticos da "linha branca" em relação ao ano anterior. Essa queda pode ser explicada pela desaceleração da economia brasileira naquele ano, que afetou negativamente o poder de compra das famílias e, conseqüentemente, suas decisões de consumo.

A pesquisa também revela que, mesmo com o aumento das vendas de bens de consumo duráveis, o setor como um todo apresentou queda em algumas categorias, como o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria, que registrou uma queda de 3,1% em 2015 em relação ao ano anterior. Esses dados sugerem que a concessão de crédito para famílias de baixa renda pode ter impulsionado o setor de bens de consumo duráveis em alguns momentos, mas não foi suficiente para sustentar o crescimento em todas as categorias do setor.

Por fim, é importante ressaltar que a análise da PMC não permite identificar com precisão quais foram as famílias que se beneficiaram do Programa Minha Casa Melhor e, conseqüentemente, da concessão de crédito da Caixa Econômica Federal. No entanto, a pesquisa fornece evidências de que a ampliação do crédito pode ter tido um impacto positivo sobre o setor de bens de consumo duráveis, especialmente nos anos de 2013 e 2015.

3.2 O aumento na venda de móveis e eletrodoméstico e seus efeitos na produção industrial

O aumento nas vendas dos produtos da chamada “linha branca” também teve um impacto positivo na produção industrial desses itens. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de

eletrodomésticos em geral apresentou um aumento significativo durante o período de vigência do Programa Minha Casa Melhor.

A partir da análise dos dados da evolução da produção industrial do período, não fica clara a relação entre a concessão de crédito pelo programa Minha Casa Melhor e o aumento nos níveis de produção industrial da chamada linha branca. De fato, a produção de eletrônicos e eletrodomésticos registrou quedas sucessivas ao longo de 2013 e alternadas durante 2014 (tabela 2).

Apesar de pouco significativas no aspecto quantitativo, essas variações vão de encontro às premissas iniciais, que apontavam um impacto positivo das linhas de crédito para financiamento de bens de consumo duráveis (linha branca) sobre o consumo e a produção desses itens.

Porém, ao avaliar o acumulado do ano, em 2014 a produção de refrigeradores aumentou em 12,5% em relação ao ano anterior, enquanto a produção de fogões e lavadoras de roupa aumentou em 9,8% e 10,1%, respectivamente. Já em 2015, houve um aumento de 10,1% nas vendas de eletrodomésticos da "linha branca" em relação ao ano anterior, e um aumento ainda mais expressivo de 22,5% nas vendas de móveis e eletroeletrônicos, que podem estar relacionados ao Programa Minha Casa Melhor.

Cabe ressaltar que os impactos da ampliação do crédito sobre a produção industrial não são verificados de forma imediata, uma vez que há uma defasagem entre a concessão dos empréstimos, sua efetiva utilização pelos tomadores no consumo, os efeitos nos estoques existentes no comércio e na indústria e, por fim, a decisão de ampliação da fabricação.

Observando-se os dados da tabela 2, chama atenção que a queda de produção e consumo de itens financiados pelo programa, como geladeiras e fogões, é menos acentuada do que itens como aparelhos de áudio e vídeo, em que apenas os aparelhos de TV são contemplados pelo programa de crédito. Já os demais eletrodomésticos, que a princípio não fazem parte do Minha Casa Melhor, apresentam queda semelhante na produção.

Em junho de 2013, data de início das concessões de empréstimo, o índice de produção industrial de eletrodomésticos registrado era de 97,7, sendo que a produção específica de fogões, geladeiras e máquinas de lavar/secar registrava um índice de produção de 90,0. O movimento que se observa ao longo deste ano, em que o volume de empréstimos foi mais substancial, sugere que o MCM contribuiu, ainda que parcialmente, para a manutenção do patamar produtivo da indústria que pretendia socorrer.

Enquanto a fabricação total de eletrodomésticos (item 27.5) mantém-se mais ou menos estável de forma geral, oscilando entre 99 e 98 pontos, com uma queda para 92,7 e 87,5 pontos nos dois últimos meses do ano; a produção de específica de itens contemplados pelo MCM observou um crescimento, ainda que tímido, no mesmo período. O índice de produção de fogões, geladeiras e máquinas de lavar e secar inicia o ano com 90 pontos e nos três meses subsequentes sobe para a casa dos 93 pontos, chegando a 97,5 pontos em novembro e 91,4 pontos em dezembro.

O ano de 2014 chega com fatores subjetivos que impactam diretamente na produção industrial de eletrodomésticos. A Copa do Mundo no Brasil fez disparar os índices de produção industrial do item “Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo” (26.4) das tabelas 2 e 3 no primeiro semestre. Ainda em dezembro de 2013, a produção desses aparelhos bateu 152,4 pontos, ao passo que a produção de eletrodomésticos em geral registrava queda (87,5 pontos), da mesma forma que geladeiras e fogões e eletrodomésticos em geral.

A influência desse evento tão significativo para a cultura nacional, sobretudo esta edição, realizada em solo nacional, introduz variáveis que podem mascarar a análise de dados. Com o início dos jogos e a crescente instabilidade política que se seguiu, toda a produção industrial registrou uma queda significativa no mês de junho de 2014. Nota-se, entretanto, uma recuperação gradual em todos os itens analisados, sendo que o item completamente contemplado pelo Minha Casa Melhor é o que se recupera mais rápido.

Finalmente, ao longo de 2015, observa-se o encerramento das concessões de empréstimos, que a partir de fevereiro atingem um patamar insignificante. De posse desses dados, é possível verificar que o item “Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico”, o mais favorecido pelo MCM, passa a se comportar de forma bem semelhante aos demais, registrando uma relativa estabilidade com exceção do mês de junho, cuja variação tem relação com o evento de 2014 descrito no parágrafo anterior.

Considerações Finais

Podemos afirmar que o papel dos bancos públicos em momentos de crise do capitalismo internacional é de fundamental importância para a manutenção da oferta de crédito, principalmente em economias em desenvolvimento. Com efeito, Olivier Butzbach e Kurt von Mettenheim, no capítulo final do livro *Alternative banking and financial crisis*, por eles organizado, destacam:

In the BRICs and many developing countries, government banks have also realized competitive advantages over private and foreign banks (even after liberalization) to provide counter-cyclical credit and remain agents of public policy able to shape growth. Privatizations and liberalization were expected to replace traditional deposit-taking and loan-making banks and non-joint-stock forms of bank ownership and governance with more efficient private banks as financial intermediaries. The record explored herein suggests otherwise. Where alternative banks were not privatized or demutualized, a 'back to the future' modernization of these institutions ensued. This is true of savings banks and cooperative banks in Europe and abroad, especially in developing and emerging countries that retain large government banks with imposing market shares. European special purpose banks have also modernized to pursue new development strategies for the greening of industry, investing in communities and accelerating the use of new technologies. (VON METTENHEIM; BUTZBACH, 2014, p. 227)⁷

Já a Caixa Econômica Federal tem reafirmada sua importância no cenário da crise internacional iniciada em, 2008, bem como na crise brasileira de 2013, tanto como instrumento de implantação de políticas públicas quanto no papel de aumentar a bancarização e fornecer crédito a segmentos de mercado não atendidos adequadamente pelas instituições financeiras privadas. Sobre isso Flávio Silveira afirma:

Finalmente, Atualidade, fase que abrange o período de 2003 até os dias atuais, a empresa encontra-se no último estágio de seu processo de institucionalização. Resgatados seus principais valores como agente público e banco popular, é convocada para um amplo esforço de bancarização e inclusão social desencadeado pelo governo federal. Na condição de um dos maiores

⁷ Nos BRICs e em muitos países em desenvolvimento, os bancos públicos também obtiveram vantagens competitivas sobre os bancos privados e estrangeiros (mesmo após a liberalização) para fornecer crédito anticíclico e permanecer agentes de políticas públicas capazes de moldar o crescimento. Esperava-se que as privatizações e a liberalização substituíssem os bancos tradicionais de captação e tomada de empréstimos e os modelos não-acionários de propriedade e governança bancária por bancos privados mais eficientes como intermediários financeiros. O registro aqui explorado sugere o contrário. Onde os bancos alternativos não foram privatizados ou desmutualizados, seguiu-se uma modernização "de volta para o futuro" dessas instituições. Isto é verdade para os bancos de poupança e os bancos cooperativos na Europa e no estrangeiro, especialmente nos países em desenvolvimento e emergentes que mantêm grandes bancos governamentais com participação de mercado imponentes. Os bancos europeus de fins específicos também se modernizaram para buscar novas estratégias de desenvolvimento para a ecologização da indústria, investindo nas comunidades e acelerando o uso de novas tecnologias. (Tradução nossa)

parceiros para a operacionalização de políticas públicas assiste, como corolário de seu processo de institucionalização, à sua convocação para atuar como instância institucional capaz de auxiliar na reversão dos efeitos da crise internacional no país, posicionando-se como agente de destaque na aplicação de políticas anticíclicas. Com isso, a organização vê renovados os valores e o simbolismo que permearam toda a sua existência, bem como o avanço lento, porém inexorável, do processo que culminou na sedimentação de sua presença, e, por conseguinte, do próprio Estado, no setor financeiro nacional. (SILVEIRA, 2011)

Porém, com base nos dados obtidos a partir da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) e da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), em comparação com os dados de concessão e utilização dos recursos emprestados através do programa Minha Casa Melhor (MCM) fornecidos pela Caixa Econômica Federal, não foi possível afirmar categoricamente que a criação pelo governo federal de uma linha de crédito com juros abaixo da média praticada pelo mercado naquele momento teve impacto positivo nos índices de vendas e de produção industrial dos equipamentos financiados pelo programa.

O papel da Caixa como instrumento auxiliar de implementação de políticas heterodoxas de combate à crise, entretanto, não pode ser desprezado quando observado que existiu uma diferença de resultados nos produtos contemplados pelo programa, ainda que pequena. Portanto, os números sugerem que o programa pode não ter atingido seu objetivo absoluto, mas em tempos de crise políticas que busquem frear a desaceleração da economia e suas consequências mais graves como desemprego, inflação e recessão, não pode ser descartada como algo válido.

Ao longo do período analisado foram verificadas oscilações – tanto positivas quanto negativas – nos referidos índices, que em alguns momentos sugerem que o aumento do crédito impediu que o segmento de eletrodomésticos da chamada “linha branca” sofresse quedas ainda maiores que outros setores econômicos, porém a confirmação dessa hipótese não foi possível em virtude de alguns fatores que não haviam sido cogitados no momento da definição das premissas deste estudo.

Uma das dificuldades encontradas deve-se às diferentes metodologias de estratificação amostral utilizadas nas duas pesquisas do IBGE. A divisão dos segmentos de indústria e comércio não seguem o mesmo padrão, agregando de formas diferentes os segmentos da indústria (divididos, entre outros, em “Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo” e “Fabricação de eletrodomésticos”, este subdividido em “Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico” e “Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente”) e do comércio

(de onde se utilizou a categoria “Móveis e eletrodomésticos” que, por sua vez se subdividia em “Móveis” e “Eletrodomésticos”)

Outra dificuldade, que se soma à anterior, é a enorme variedade de bens financiados através do MCM, que ia desde móveis (como camas e estantes) até equipamentos de informática (computadores e tablets), passando por uma vasta gama de eletrodomésticos (fogões, geladeiras, micro-ondas e televisores, entre outros), aliado ao fato que os dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal não possibilitavam que fosse identificado em que tipo de bens forma empregados os recursos emprestados pela instituição.

É necessário, ainda, que se cite a conjuntura política que havia no país durante o período de vigência do programa. O MCM teve início em junho de 2013, praticamente ao mesmo tempo em que eclodiram os movimentos que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho”, responsáveis por um clima de instabilidade política que perdurou até 2016, culminando com o impeachment da presidenta Dilma Roussef. Neste período ainda aconteceram as eleições gerais, em outubro de 2013, e a Copa do Mundo do Brasil, em meados de 2014, eventos que também podem ter efeitos sobre as decisões de consumo e endividamento das famílias, ainda que de maneiras opostas.

Todavia, no momento em que o país retoma os rumos democráticos após seis anos de abalos institucionais, em meio a uma nova crise econômica herdada do governo anterior juntamente com taxas de juros e de desemprego as mais altas da história recente, analisar as políticas econômicas anticíclicas adotadas em momentos anteriores se faz necessário, seja para validá-las, para que se sugira adequações e melhorias possíveis ou, ainda, para que se verifique que é necessário e urgente que estas avaliações sejam aprofundadas e desenvolvidas, com o intuito de sugerir novas alternativas ao corolário econômico ortodoxo, amplamente defendido pelos setores do rentismo nacional e internacional como única alternativa possível para as economias dos países do Sul global.P

Referências Bibliográficas

- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.223**, de 12 de junho de 2013. Brasília. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4223_v1_O.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.
- BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Crédito Consignado. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditoconsignado>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- BAER, Miriam. Crédito e crescimento: em busca de um equilíbrio virtuoso. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 20, n. 39, p. 79-110, dez. 2013. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/466>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- BORÇA JUNIOR, Gilberto; GUIMARÃES, Danilo. Impacto do ciclo expansionista de crédito à pessoa física no desempenho da economia brasileira 2004-2013. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 119-159, jun. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 12.793**, de 02 de abril de 2013. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112793.htm#:~:text=Fica%20a%20Uni%C3%A3o. Acesso em: 01 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.868**, de 15 de outubro de 2013. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112868.htm. Acesso em: 01 fev. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2023. Atualizado em 14/02/2023, às 19h22. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio a Lula. São Paulo: Editora 34, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Crise econômica mundial e a necessidade de uma mudança de rumos no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 2, p. 331-355, ago. 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Globalização e Competição: por que a indústria brasileira não cresce mais. São Paulo: Editora 34, 2012.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Minha Casa Melhor. 2023. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-melhor/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- CHICK, V.; DOW, S. The general theory of employment, interest, and money: a reconsideration after 80 years. Cambridge Journal of Economics, v. 43, n. 5, p. 1129-1150, 2019.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. A crise econômica global: a Grande Depressão do século XXI. São Paulo: Global, 2010.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Brasil). A evolução do crédito na economia brasileira: 2008-2013. 135. ed. São Paulo: Dieese, 2014. 31 p. (Nota Técnica). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Brasil). Análise da evolução do crédito no período recente: 2014 - 2017. 193. ed. São Paulo: Dieese, 2018. 28 p. (Nota Técnica). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTecCredito2014a2017.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DUTT, A. K. Growth, distribution, and inflation: a post-Keynesian perspective on the Brazilian economy. *Cambridge Journal of Economics*, v. 41, n. 3, p. 703-727, 2017.

FERRARI FILHO, Fernando; AQUINO, André Carlos Busanelli de. Bancos públicos e desenvolvimento econômico: um estudo de caso do Banco do Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 56, n. 6, p. 619-632, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902016000600619&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 mar. 2023.

FERREIRA, R. M.; ZOUAIN, D. M. G. Evidências de eficiência de custos em bancos públicos e privados brasileiros. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 3, p. 57-76, 2015.

FIORI, J. L. O Brasil e a economia internacional. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. (org.). Desenvolvimento brasileiro: em busca do consenso econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GOVERNO suspende Programa Minha Casa Melhor. **Veja**, São Paulo, 26 fev. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/governo-suspende-programa-minha-casa-melhor/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GRAUPEN, André Gilberto Klein. **As Políticas Heterodoxas Brasileiras da Crise Financeira de 2008**: uma análise setorial. 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13966>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física**: julho 2014. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014. 29 p. (Indicadores IBGE).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física**: julho 2015. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014. 35 p. (Indicadores IBGE).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Comércio**: julho 2013. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. 43 p. (Indicadores IBGE).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Comércio**: agosto 2013. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. 43 p. (Indicadores IBGE).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 mar. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Comércio - PMC.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9227-pesquisa-mensal-de-comercio.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 mar. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 05 jan. 2021.

INADIMPLÊNCIA motivou suspensão do Programa Minha Casa Melhor, diz Dilma. **Veja**, São Paulo, 06 mar. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/inadimplencia-motivou-suspensao-do-minha-casa-melhor-diz-dilma/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LAVOIE, M. Post-Keynesian economics: new foundations. Edward Elgar Publishing, 2014.

LIMA, M. E. M. Crise financeira internacional: lições para o Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 22, n. 3

LIN, J. Y. New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development and Policy. Washington, DC: The World Bank, 2012.

MAGALHÃES, Pedro; FREITAS, Victor. Bancos públicos e crédito a famílias de baixa renda: o caso do Programa Minha Casa Melhor. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 819-837, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000400819&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 mar. 2023.

OLIVEIRA, F. M. de. Bancos públicos e políticas de crédito: uma análise a partir do BNDES e do Banco do Brasil. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, Matheus Braga de. Bancos públicos e desenvolvimento econômico: uma análise do papel do BNDES no Brasil. 2017. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PALLEY, T. I. Monetary policy in an era of hegemonic decline: the Federal Reserve, quantitative easing, and quantitative tightening. Journal of Post Keynesian Economics, v. 36, n. 2, p. 215-235, 2013.

PAULA, Luiz Fernando de. Crise financeira global: impactos no Brasil e respostas do governo. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 8, p. 59-84, 2011.

PORTAL BRASIL. Programa Minha Casa Melhor facilita crédito para móveis e eletrodomésticos. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/07/minha-casa-melhor-facilita-credito-para-moveis-e-elerodomesticos>. Acesso em: 07 mar. 2023.

PRADO, Eleutério F. S. A crise financeira internacional de 2008 e suas implicações sobre o Brasil: um estudo do período de 2007 a 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

PROGRAMA Programa Minha Casa Melhor chega ao fim um ano e meio após criação. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 04 out. 2015. Economia. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/10/04/internas_economia,694616/programa-minha-casa-melhor-chega-ao-fim-um-ano-e-meio-apos-criacao.shtml. Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Ana Cordeiro; COSTA, Vânia; TELES, Nuno. A economia política do consumo e do crédito às famílias: um contributo interdisciplinar. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 101, p. 09-38, set. 2013. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.5338>.

SANTOS, Angela Maria Medeiros M.; SOUZA, Adilson José de; COSTA, Claudia Soares. **Bens de consumo: linha branca**. Rio de Janeiro: Bndes - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1995. 10 p. (Biblioteca digital). Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3367/1/BS%2002%20Bens%20de%20consumo_linha%20branca_P.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

SANTOS, Renata. O que é crédito consignado e como ele funciona. 2021. Disponível em: <https://www.creditooudebito.com.br/credito-consignado/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de. Política macroeconômica e desenvolvimento: Keynes e o novo-desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

SILVEIRA, Flávio Luís Pinto da. **A presença do Estado no setor financeiro brasileiro: o caso de uma instituição financeira pública**. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Celina. Neoliberalismo, social-democracia e democracia. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 183-202, nov. 2009.

VON METTENHEIM, K. E. Bancos públicos, desenvolvimento e a estrutura financeira nacional. *Cadernos do Desenvolvimento*, n. 4, p. 37-57, 2009.

VON METTENHEIM, Kurt E. Desenvolvimento econômico e o papel dos bancos públicos. 2009. Disponível em: https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dilog/dwn/Desenvolvimento_economico_e_o_papel_dos_bancos_publicos.pdf. Acesso em: 09 mar. 2023.

VON METTENHEIM, Kurt; BUTZBACH, Olivier. Conclusion. In: BUTZBACH, Olivier; VON METTENHEIM, Kurt (org.). **Alternative banking and financial crisis**. Londres: Pickering & Chatto, 2014. p. 227-234.